

**No. 36804**

---

**Brazil  
and  
Cuba**

**Agreement on air services between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Cuba (with annex). Havana, 27 May 1998**

*Entry into force: 21 April 2000 by notification, in accordance with article 20*

*Authentic texts: Portuguese and Spanish*

*Registration with the Secretariat of the United Nations: Brazil, 19 July 2000*

---

**Brésil  
et  
Cuba**

**Accord relatif aux services aériens entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République de Cuba (avec annexe). La Havane, 27 mai 1998**

*Entrée en vigueur : 21 avril 2000 par notification, conformément à l'article 20*

*Textes authentiques : portugais et espagnol*

*Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : Brésil, 19 juillet 2000*

[ PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS ]

ACORDO SOBRE SERVIÇOS AÉREOS ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE CUBA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República de Cuba  
(doravante referidos como "Partes Contratantes"),

Sendo Partes da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, aberta para assinatura em Chicago no dia 7 de dezembro de 1944;

Desejando contribuir para o desenvolvimento da aviação civil internacional;

Desejando concluir um Acordo com o propósito de estabelecer serviços aéreos entre seus respectivos territórios e além,

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1º  
Definições

Para os fins deste Acordo, a menos que o contexto exija de outra maneira:

- a) o termo "autoridades aeronáuticas" significa, no caso da República Federativa do Brasil, o Ministro da Aeronáutica, e, no caso da República de Cuba, o Presidente do Instituto de Aeronáutica Civil de Cuba, ou, em ambos os casos, qualquer pessoa ou órgão autorizado a executar quaisquer funções no presente exercidas pelas autoridades acima mencionadas;
- b) o termo "Acordo" significa este Acordo, o seu Anexo, e quaisquer emendas ao Acordo ou ao Anexo;

- c) o termo "serviços acordados" significa serviços aéreos nas rotas especificadas para o transporte de passageiros, carga e mala postal, separadamente ou em combinação;
- d) os termos "serviços aéreos", "serviços aéreos internacionais", "empresa aérea" e "escala sem fins comerciais" têm os significados a eles respectivamente atribuídos no Artigo 96 da Convenção;
- e) o termo "Convenção" significa a Convenção sobre Aviação Civil Internacional, aberta para assinatura em Chicago no dia 7 de dezembro de 1944, e inclui qualquer Anexo adotado de conformidade com o Artigo 90 daquela Convenção e qualquer emenda aos Anexos ou à Convenção, de conformidade com seus Artigos 90 e 94, na medida em que esses Anexos e emendas tenham entrado em vigor para ambas as Partes Contratantes;
- f) o termo "empresa aérea designada" significa uma empresa aérea que tenha sido designada e autorizada conforme o Artigo 3º deste Acordo;
- g) o termo "rota especificada" significa uma das rotas especificadas no Anexo a este Acordo;
- h) o termo "tarifa" compreende qualquer dos seguintes:
  - i) a tarifa de passageiros cobrada por uma empresa aérea para o transporte de passageiros e suas bagagens nos serviços aéreos, e as taxas e condições aplicáveis aos serviços conexos a tal transporte;
  - ii) o frete cobrado por uma empresa aérea para o transporte de carga (exceto mala postal) nos serviços aéreos;
  - iii) as condições que regem a disponibilidade ou a aplicabilidade de tal tarifa de passageiros ou frete, incluindo quaisquer vantagens vinculadas à tarifa de passageiros ou ao frete;
  - iv) o valor da comissão paga por uma empresa aérea a um agente, relativa aos bilhetes vendidos ou aos conhecimentos aéreos preenchidos por aquele agente para o transporte nos serviços aéreos;
- i) o termo "território", em relação a um Estado, significa a extensão terrestre, as águas territoriais adjacentes e interiores, e o espaço aéreo acima dessas áreas, sob a soberania daquele Estado;

- j) o termo "tarifa aeronáutica" significa o pagamento a ser feito pelas empresas aéreas pelo fornecimento de instalações e serviços aeroportuários, de navegação aérea e de segurança da aviação.

#### ARTIGO 2º

##### Concessão de Direitos

1. Cada Parte Contratante concede à outra Parte Contratante os direitos a seguir especificados neste Acordo, com a finalidade de operar serviços aéreos internacionais numa rota especificada. Enquanto estiver operando um serviço acordado numa rota especificada, as empresas aéreas designadas das Partes Contratantes gozarão:

- a) do direito de sobrevoar o território da outra Parte Contratante;
- b) do direito de pousar no referido território, para fins não-comerciais;
- c) do direito de embarcar e desembarcar no referido território, nos pontos nas rotas especificadas, passageiros, bagagens, carga e mala postal, separadamente ou em combinação, destinados a ou originados em pontos no território da outra Parte Contratante;
- d) do direito de embarcar e desembarcar nos territórios de terceiros países, nos pontos nas rotas especificadas, passageiros, bagagens, carga e mala postal, separadamente ou em combinação, destinados a ou originados em pontos no território da outra Parte Contratante, conforme estabelecido no Anexo.

2. Nenhum dispositivo do parágrafo 1 deste Artigo será considerado como concessão a uma empresa aérea designada de uma Parte Contratante do direito de embarcar, no território da outra Parte Contratante, passageiros, bagagens, carga e mala postal, transportados mediante pagamento ou retribuição e destinados a outro ponto no território daquela Parte Contratante.

#### ARTIGO 3º

##### Designação e Autorização

1. Cada Parte Contratante terá o direito de designar, por Nota diplomática endereçada à outra Parte Contratante, uma empresa ou empresas aéreas para operar os serviços acordados.

2. Ao receber a notificação da designação, as autoridades aeronáuticas de cada Parte Contratante, de conformidade com suas leis e regulamentos, concederão, sem demora, à empresa ou empresas aéreas designadas pela outra Parte Contratante, as autorizações necessárias à exploração dos serviços acordados.

3. Cada Parte Contratante terá o direito de recusar conceder as autorizações referidas no parágrafo 2 deste Artigo ou de conceder estas autorizações sob condições consideradas necessárias para o exercício, por uma empresa ou empresas aéreas designadas, dos direitos especificados no Artigo 2 deste Acordo, no caso em que não esteja convencida de que parte substancial da propriedade e o controle efetivo daquela empresa ou empresas pertençam à Parte Contratante que a(s) designou ou a seus nacionais ou a ambos.

4. As autoridades aeronáuticas de uma Parte Contratante podem exigir que a empresa ou empresas aéreas designadas pela outra Parte Contratante demonstre(m) que está(ão) habilitada(s) para atender às condições determinadas segundo as leis e os regulamentos normal e razoavelmente aplicados às operações de serviços aéreos internacionais por tais autoridades.

5. Quando uma empresa aérea tiver sido designada e autorizada, ela pode iniciar a operação dos serviços acordados, desde que cumpra os dispositivos aplicáveis deste Acordo.

#### ARTIGO 4º

##### Revogação ou Suspensão de Autorização

1. As autoridades aeronáuticas de cada Parte Contratante terão o direito de revogar ou suspender qualquer autorização para o exercício dos direitos especificados no Artigo 2º deste Acordo, por uma empresa aérea designada pela outra Parte Contratante, ou impor condições que sejam consideradas necessárias para o exercício desses direitos:

- a) caso tal empresa aérea deixe de cumprir as leis e os regulamentos daquela Parte Contratante;
- b) caso aquelas autoridades não estejam convencidas de que parte substancial da propriedade e o controle efetivo da empresa aérea pertençam à Parte Contratante que a designou ou a seus nacionais ou a ambos; e
- c) caso a empresa ou empresas aéreas deixe(m) de operar conforme as condições estabelecidas segundo este Acordo.

2. A menos que seja essencial a imediata revogação ou suspensão da autorização mencionada no parágrafo 1 deste Artigo ou a imposição de condições para prevenir violações posteriores de leis ou regulamentos, tal direito será exercido somente após consulta à outra Parte Contratante.

### ARTIGO 5º

#### Aplicação de Leis e Regulamentos

1. As leis e os regulamentos de uma Parte Contratante relativos à entrada, à permanência ou à saída de seu território de aeronaves engajadas nos serviços aéreos internacionais ou à operação e à navegação de tais aeronaves enquanto em seu território, serão aplicados às aeronaves da empresa ou empresas aéreas designadas pela outra Parte Contratante, sem distinção quanto à nacionalidade, e serão cumpridos por tais aeronaves na entrada, na saída ou durante sua permanência no território da primeira Parte Contratante.
2. As leis e os regulamentos de uma Parte Contratante relativos à entrada, à permanência ou à saída de seu território, de passageiros, tripulações, carga e mala postal, tais como regulamentos relativos a entrada, liberação, imigração, passaportes, alfândega e quarentena, serão cumpridos pela empresa ou empresas aéreas designadas pela outra Parte Contratante, ou cumpridos em nome de tais passageiros e tripulantes, e serão aplicados à carga e à mala postal na entrada, na saída ou durante sua permanência no território da primeira Parte Contratante.
3. Na aplicação das leis e dos regulamentos referidos neste Artigo à empresa ou empresas aéreas designadas da outra Parte Contratante, uma Parte Contratante não dará tratamento mais favorável à sua própria empresa ou empresas aéreas.

### ARTIGO 6º

#### Reconhecimento de Certificados e Licenças

Certificados de aeronavegabilidade, certificados de habilitação e licenças, emitidos ou convalidados por uma Parte Contratante e ainda em vigor, serão reconhecidos como válidos pela outra Parte Contratante para os objetivos de operação dos serviços acordados nas rotas especificadas, desde que tais certificados ou licenças sejam emitidos ou convalidados mediante e em conformidade com os padrões estabelecidos segundo a Convenção. Cada Parte Contratante, todavia, reserva-se o direito de recusar o reconhecimento, para sobrevôo em seu próprio território, de certificados de habilitação e de licenças concedidos aos seus próprios nacionais pela outra Parte Contratante.

### ARTIGO 7º

#### Segurança da Aviação

1. Em conformidade com seus direitos e obrigações segundo o Direito Internacional, as Partes Contratantes reafirmam que sua obrigação mútua de proteger a aviação civil contra atos de interferência ilícita constitui parte integrante do presente Acordo. As Partes Contratantes estabelecem a obrigação mútua de cooperar para proteger a segurança da aviação civil e dos serviços especificados no presente Acordo.

2. As Partes Contratantes fornecerão, mediante solicitação, toda a assistência mútua necessária para a prevenção contra atos de apoderamento ilícito de aeronaves civis e outros atos ilícitos contra a segurança dessas aeronaves, seus passageiros e tripulações, aeroportos e instalações de navegação aérea, e qualquer outra ameaça à segurança da aviação civil.

3. As Partes Contratantes agirão, em suas relações mútuas, segundo as disposições sobre segurança da aviação estabelecidas pela Organização de Aviação Civil Internacional, na medida em que tais disposições sobre segurança sejam aplicáveis às Partes; exigirão que os operadores de aeronaves por elas matriculadas, os operadores de aeronaves que tenham sua sede comercial principal ou residência permanente em seu território, e os operadores de aeroportos situados em seu território ajam em conformidade com as referidas disposições sobre a segurança da aviação.

4. Cada Parte Contratante concorda em exigir que tais operadores de aeronaves observem as disposições sobre a segurança da aviação mencionadas no parágrafo 3 acima e exigidas pela outra Parte Contratante para a entrada, a saída ou a permanência no território dessa Parte Contratante. Cada Parte Contratante assegurará que medidas adequadas sejam efetivamente aplicadas em seu território para proteger as aeronaves e inspecionar os passageiros, as tripulações, as bagagens de mão, as bagagens, a carga e as provisões de bordo, antes e durante o embarque ou carregamento. Cada Parte Contratante examinará, também, de modo favorável, toda solicitação da outra Parte Contratante, com vistas a adotar medidas especiais e razoáveis de segurança para combater uma ameaça específica.

5. Na ocorrência de um incidente ou ameaça de incidente de apoderamento ilícito de aeronaves civis, ou outros atos ilícitos contra a segurança de tais aeronaves, de seus passageiros e tripulações, de aeroportos ou instalações de navegação aérea, as Partes Contratantes prestarão assistência mútua, facilitando as comunicações e outras medidas apropriadas, destinadas a pôr termo, de forma rápida e segura, a tal incidente ou ameaça.

#### ARTIGO 8º

##### Isenção de Direitos e Taxas

1. Cada Parte Contratante isentará, na base da reciprocidade, a(s) empresa(s) aérea(s) designada(s) da outra Parte Contratante, na maior extensão possível, segundo sua legislação nacional, de restrições de importação, direitos alfandegários, impostos, taxas de inspeção e outros direitos nacionais e encargos sobre aeronaves, combustíveis, óleos lubrificantes, suprimentos técnicos de consumo, partes sobressalentes, inclusive motores, equipamentos comuns de aeronaves, provisões de bordo (inclusive bebidas, fumo e outros produtos destinados à venda para passageiros, em quantidades limitadas, durante o voo) e outros itens destinados ao uso ou usados apenas em conexão com a operação ou o

atendimento das aeronaves da(s) empresa(s) aérea(s) designada(s) da outra Parte Contratante que opere(m) os serviços acordados, como também sobre estoques de bilhetes impressos, conhecimentos aéreos, qualquer material impresso que leve gravada a insígnia da(s) empresa(s) e material comum de publicidade distribuído sem cobrança pela(s) empresa(s) aérea(s) designada(s).

2. As isenções concedidas segundo este Artigo serão aplicadas aos itens citados no parágrafo 1 deste Artigo:

- a) introduzidos no território de uma Parte Contratante por ou em nome da(s) ou pela(s) empresa(s) aérea(s) designada(s) da outra Parte Contratante;
- b) mantidos a bordo da(s) aeronave(s) da(s) empresa(s) aérea(s) designada(s) de uma Parte Contratante, desde a chegada até a saída do território da outra Parte Contratante;
- c) introduzidos a bordo das aeronaves da(s) empresa(s) aérea(s) designada(s) de uma Parte Contratante no território da outra Parte Contratante e destinados ao uso na operação dos serviços acordados;

sejam ou não tais itens usados ou consumidos totalmente dentro do território da Parte Contratante que concedeu a isenção, desde que tais itens não sejam alienados e/ou vendidos no território da referida Parte Contratante.

3. O equipamento normal das aeronaves, como também o material e o suprimento normalmente mantido a bordo das aeronaves da(s) empresa(s) aérea(s) destinada(s) de qualquer Parte Contratante poderá ser desembarcado no território da outra Parte Contratante, somente com a aprovação das autoridades alfandegárias daquele território. Em tal caso, poderão ser colocados sob a supervisão das mencionadas autoridades, até que sejam reexportados ou alienados de acordo com os regulamentos alfandegários.

4. Passageiros, bagagens e carga em trânsito direto através do território de uma Parte Contratante, e que não saiam da área do aeroporto reservada com tal propósito, serão no máximo submetidos a um controle muito simplificado. Bagagens e carga em trânsito direto serão isentas de direitos e taxas, incluindo direitos alfandegários.

#### ARTIGO 9º

#### Operação dos Serviços Acordados

1. Haverá oportunidade justa e igual para as empresas aéreas designadas das Partes Contratantes operarem os serviços acordados nas rotas especificadas.



2. Na operação dos serviços acordados, a(s) empresa(s) aérea(s) designada(s) de cada Parte Contratante levará(ão) em conta os interesses da(s) empresa(s) aérea(s) designada(s) da outra Parte Contratante, a fim de não afetar indevidamente os serviços proporcionados pela(s) última(s) na totalidade ou em parte das mesmas rotas.

3. Os serviços acordados proporcionados pelas empresas aéreas designadas das Partes Contratantes terão como característica uma relação estrita com as necessidades do público para o transporte nas rotas especificadas e terão como objetivo primário a provisão, em níveis razoáveis de aproveitamento, de capacidade adequada para atender às necessidades atuais e às razoavelmente previsíveis para o transporte de passageiros e carga, inclusive mala postal, originados em ou destinados ao território da Parte Contratante que tenha designado a(s) empresa(s) aérea(s). A provisão para o transporte de passageiros e carga, inclusive mala postal, embarcados e desembarcados em pontos outros nas rotas especificadas que não no território da Parte Contratante que designou a(s) empresa(s) aérea(s), será determinada de conformidade com os princípios gerais de que a capacidade será relacionada com:

- a) a demanda de tráfego de e para o território da Parte Contratante que tenha designado a(s) empresa(s) aérea(s);
- b) a demanda de tráfego da região através da qual passa o serviço acordado, levando em conta outros serviços estabelecidos pelas empresas aéreas dos Estados compreendidos naquela região; e
- c) os requisitos de economia da operação da(s) empresa(s) aérea(s).

4. A capacidade a ser proporcionada nas rotas especificadas será a que for determinada, de tempos em tempos, conjuntamente pelas Partes Contratantes.

## ARTIGO 10

### Tarifas

1. As tarifas a serem aplicadas para o transporte nos serviços acordados entre os territórios das Partes Contratantes serão estabelecidas em níveis razoáveis, levando-se em consideração todos os fatores pertinentes, inclusive o interesse dos usuários, custo de operação, lucro razoável, características do serviço e, quando adequado, as tarifas cobradas por outras empresas aéreas que operam na totalidade ou em parte da mesma rota.

2. As tarifas mencionadas no parágrafo 1 deste Artigo serão acordadas, se possível, entre as empresas aéreas designadas das Partes Contratantes. Salvo determinação em contrário na aplicação do parágrafo 4 deste Artigo, cada empresa aérea designada será responsável somente perante suas autoridades aeronáuticas, pela justificativa e pelo caráter razoável das tarifas como tal acordadas.

3. As tarifas assim acordadas serão submetidas às autoridades aeronáuticas das Partes Contratantes, para aprovação, pelo menos 60 (sessenta) dias antes da data proposta para sua introdução. Em casos especiais, este prazo poderá ser reduzido, sujeito à concordância das mencionadas autoridades. Ao receberem a apresentação de tarifas, as autoridades aeronáuticas examinarão tais tarifas sem atraso não justificado. Nenhuma tarifa entrará em vigor se as autoridades aeronáuticas de cada Parte Contratante não estiverem de acordo com ela. As autoridades aeronáuticas poderão comunicar às outras autoridades aeronáuticas a prorrogação da data de introdução de uma tarifa proposta.

4. Se uma tarifa não puder ser fixada em conformidade com as disposições do parágrafo 2 deste Artigo ou se, no período previsto no parágrafo 3 deste Artigo, um aviso de desacordo tiver sido dado, as autoridades aeronáuticas das Partes Contratantes se esforçarão para fixar a tarifa de comum acordo. Consultas entre as autoridades aeronáuticas serão realizadas de conformidade com o Artigo 14 deste Acordo.

5. Se as autoridades aeronáuticas não puderem chegar a um entendimento a respeito da tarifa que lhes tenha sido submetida, nos termos do parágrafo 3 deste Artigo, nem sobre a fixação de qualquer tarifa, nos termos do parágrafo 4 deste Artigo, a divergência será solucionada de conformidade com as disposições do Artigo 17 deste Acordo.

6. a) Nenhuma tarifa vigorará se as autoridades aeronáuticas de qualquer uma das Partes Contratantes estiver em desacordo com a mesma, salvo sob as disposições previstas no Artigo 17 deste Acordo.

b) Quando as tarifas tiverem sido estabelecidas conforme as disposições do presente Artigo, essas tarifas permanecerão em vigor até que novas tarifas sejam estabelecidas, nos termos das disposições deste Artigo ou do Artigo 17 deste Acordo.

7. Se as autoridades aeronáuticas de uma das Partes Contratantes não estiverem de acordo com uma tarifa fixada, as autoridades aeronáuticas da outra Parte Contratante serão notificadas e as empresas aéreas designadas procurarão, se necessário, chegar a um entendimento. Se, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data do recebimento da notificação, uma nova tarifa não puder ser fixada de conformidade com as disposições previstas nos parágrafos 2 e 3 deste Artigo, os procedimentos indicados nos parágrafos 4 e 5 deste Artigo serão aplicados.

8. As autoridades aeronáuticas de ambas as Partes Contratantes se esforçarão para assegurar que:

a) as tarifas cobradas e recebidas correspondam às tarifas acordadas por ambas as autoridades aeronáuticas; e

b) nenhuma empresa aérea conceda abatimento sobre tais tarifas.

ARTIGO 11  
Atividades Comerciais

1. A(s) empresa(s) aérea(s) designada(s) de uma Parte Contratante poderá(ão), de conformidade com as leis e os regulamentos da outra Parte Contratante relativos a entrada, residência e emprego, trazer e manter no território da outra Parte Contratante pessoal executivo, de vendas, técnico, operacional e outros especialistas necessários à operação dos serviços acordados.
2. Em particular, cada Parte Contratante concederá à(s) empresa(s) aérea(s) designada(s) da outra Parte Contratante o direito à comercialização do transporte aéreo no seu território diretamente e, a critério da(s) empresa(s) aérea(s), por intermédio dos seus agentes. Cada empresa aérea terá o direito de comercializar tal transporte e qualquer pessoa estará livre para adquiri-lo, sujeito às leis e aos regulamentos nacionais, em moedas livremente conversíveis.

ARTIGO 12  
Conversão e Remessa de Receitas

1. A(s) empresa(s) aérea(s) de uma Parte Contratante terá(ão) o direito de converter e remeter para seu país, a pedido, receitas locais excedentes às somas locais desembolsadas.
2. A conversão e a remessa de tais receitas serão permitidas sem restrições, à taxa de câmbio aplicável a essas transações e que esteja em vigor na época em que tais receitas forem apresentadas para conversão e remessa, e não estarão sujeitas a quaisquer encargos, exceto os normalmente cobrados pelos bancos na execução de tais conversões e remessas.

ARTIGO 13  
Tarifas Aeronáuticas

1. Uma Parte Contratante não cobrará ou permitirá que sejam cobradas da(s) empresa(s) aérea(s) designada(s) da outra Parte Contratante tarifas aeronáuticas superiores às cobradas às suas próprias empresas aéreas que operem serviços aéreos internacionais semelhantes.
2. Cada Parte Contratante encorajará a realização de consultas sobre tarifas aeronáuticas entre suas autoridades competentes e as empresas aéreas que se utilizam dos serviços e das facilidades proporcionadas por aquelas autoridades, quando factível, por intermédio das organizações representativas das empresas aéreas. Propostas de alteração nas tarifas aeronáuticas deveriam ser comunicadas a

tais usuários com razoável antecedência, para permitir-lhes expressar seus pontos de vista antes que as alterações sejam feitas. Cada Parte Contratante, além disso, encorajará suas autoridades competentes e usuários a trocarem informações relativas às tarifas aeronáuticas.

#### ARTIGO 14

##### Consultas

1. Num espírito de estreita cooperação, as autoridades aeronáuticas da Partes Contratantes farão consultas entre si, periodicamente, com o objetivo de assegurar a implementação e o cumprimento satisfatório das provisões deste Acordo ou para discutir qualquer problema relacionado com este.

2. Tais consultas começarão dentro de um período de 60 (sessenta) dias da data de recebimento de tal solicitação, exceto se acordado diferentemente pelas Partes Contratantes.

#### ARTIGO 15

##### Emendas

1. Qualquer emenda ou modificação deste Acordo, estabelecida pelas Partes Contratantes, entrará em vigor em data a ser determinada em troca de Notas diplomáticas, indicando que todos os procedimentos internos necessários foram concluídos por ambas as Partes Contratantes.

2. Qualquer emenda ou modificação do Anexo a este Acordo será acertada entre as autoridades aeronáuticas e entrará em vigor quando confirmada por troca de Notas diplomáticas.

#### ARTIGO 16

##### Convenção Multilateral

Se uma convenção geral multilateral sobre aviação entrar em vigor em relação a ambas as Partes Contratantes, prevalecerão os dispositivos de tal convenção. Consultas, conforme o Artigo 14 deste Acordo, poderão ser mantidas com vistas a determinar o grau em que este Acordo é afetado pelos dispositivos da convenção multilateral.

#### ARTIGO 17

##### Solução de Controvérsias

Qualquer divergência relacionada com a interpretação ou a aplicação do presente Acordo ou de seu Anexo deverá ser resolvida por negociações diretas entre as autoridades aeronáuticas de ambas as Partes Contratantes. Se as referidas autoridades aeronáuticas não chegarem a um acordo, a divergência deverá ser resolvida por meio dos canais diplomáticos.

ARTIGO 18

Denúncia

Cada Parte Contratante poderá, a qualquer momento após a entrada em vigor deste Acordo, notificar à outra Parte Contratante, por escrito, pelos canais diplomáticos, sua decisão de denunciar este Acordo. Tal notificação será feita simultaneamente à Organização de Aviação Civil Internacional. O Acordo deixará de vigor 1 (um) ano após a data do recebimento da notificação pela outra Parte Contratante, a menos que seja aquela notificação retirada, de comum acordo, antes de expirar esse período. Se o recebimento da notificação não for acusado pela outra Parte Contratante, essa notificação será considerada recebida 14 (catorze) dias após seu recebimento pela Organização de Aviação Civil Internacional.

ARTIGO 19

Registro na OACI

Este Acordo e qualquer emenda a ele serão registrados na Organização de Aviação Civil Internacional.

ARTIGO 20

Entrada em Vigor

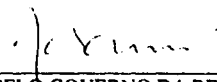
Este Acordo entrará em vigor na data da segunda Nota diplomática em que uma das Partes informar à outra do cumprimento dos procedimentos legais internos.

Em testemunho do que, os abaixo-assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinam o presente Acordo.

Feito em Havana, em 24 de maio de 1998, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos igualmente válidos e autênticos.

  
PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL

Luiz Felipe Lampreia

  
PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
DE CUBA

Roberto Robaina Gongález

A N E X O

Quadro de Rotas

Seção 1

Rotas a serem operadas pela(s) empresa(s) aérea(s) designada(s) pela República Federativa do Brasil:

Pontos no Brasil - Pontos Intermediários - Pontos em Cuba -Pontos Além.

Seção 2

Rotas a serem operadas pela(s) empresa(s) aérea(s) designadas(s) pela República da Cuba:

Pontos em Cuba - Pontos Intermediários - Pontos no Brasil - Pontos Além.

Notas:

1. Os pontos a serem servidos nas rotas acima especificadas serão informados às Partes Contratantes pelas respectivas autoridades aeronáuticas.
2. Os direitos de tráfego de uma empresa aérea designada, entre o território da outra Parte Contratante e terceiros países, serão estabelecidos de comum acordo entre as autoridades aeronáuticas das duas Partes Contratantes.
3. A capacidade para os serviços acordados será de duas frequências semanais para cada Parte Contratante, com aeronaves limitadas a 300 (trezentos) assentos cada.
4. A(s) empresa(s) aérea(s) designada(s) pela República de Cuba poderá(ão), em qualquer ou em todos os vôos, omitir escalas constantes das rotas acima especificadas e poderá(ão) servi-las em qualquer ordem, desde que os serviços acordados nessas rotas comecem em pontos em Cuba.
5. A(s) empresa(s) aérea(s) designada(s) pela República Federativa do Brasil poderá(ão), em qualquer ou em todos os vôos, omitir escalas constantes das rotas acima especificadas e poderá(ão) servi-las em qualquer ordem, desde que os serviços acordados nessas rotas comecem em pontos no Brasil.

6. Cada empresa aérea designada apresentará seus horários, para a aprovação das autoridades aeronáuticas da outra Parte Contratante, pelo menos 45 (quarenta e cinco) dias antes da data proposta para sua entrada em vigor, devendo tais horários estar de conformidade com os termos deste Acordo.

7. Cada Parte Contratante terá o direito de designar inicialmente até duas empresas aéreas para realizar os serviços acordados. Outras designações poderão ser feitas futuramente, por acordo entre ambas as Partes Contratantes, conforme o indique a necessidade do mercado.

[ SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL ]

**Acuerdo sobre servicios  
aéreos entre el Gobierno de la República Federativa del Brasil  
y el Gobierno de la República de Cuba**

El Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República de Cuba (en lo adelante denominados Partes Contratantes) siendo Partes de la Convención sobre Aviación Civil internacional, abierta a la firma en Chicago el día 7 de diciembre de 1944;

deseando contribuir al desarrollo de la aviación civil internacional;

deseando concluir un acuerdo con el propósito de establecer servicios aéreos entre y más allá de sus respectivos territorios, acuerdan lo siguiente:

**ARTICULO 1**  
**Definiciones**

Para los fines de este Acuerdo, a menos que el texto lo exija de otra manera:

- a) el término "autoridades aeronáuticas" significa, en el caso de la República Federativa del Brasil, el Ministro de Aeronáutica y en el caso de la República de Cuba, el Presidente del Instituto de Aeronáutica Civil de Cuba, o, en ambos casos, cualquier persona u organismo autorizado a ejecutar cualquier función en el presente ejercida por las autoridades arriba mencionadas;
- b) el término "Acuerdo" significa este Acuerdo, su anexo, o cualquier enmienda al Acuerdo o al Anexo;
- c) el término "servicios acordados" significa servicios aéreos en las rutas especificadas para el transporte de pasajeros, carga o correo, separadamente o en combinación;
- d) los términos "servicios aéreos", "servicios aéreos internacionales", "empresa aérea" y "escala sin fines comerciales" tienen el significado que se les atribuye respectivamente, en el Artículo 96 de la Convención;



- e) el término "Convención" significa la Convención sobre Aviación Civil Internacional, abierta a la firma en Chicago el día 7 de diciembre de 1944, e incluye cualquier Anexo adoptado de acuerdo con el Artículo 90 de esa Convención o cualquier enmienda a los Anexos o a la Convención, de acuerdo con sus Artículos 90 y 94, en la medida en que esos Anexos y enmiendas hayan entrado en vigor para ambas Partes Contratantes;
- f) el término "empresa aérea designada" significa una empresa aérea que haya sido designada y autorizada conforme al Artículo 3ro. de este Acuerdo;
- g) el término "ruta especificada" significa una de las rutas especificadas en el Anexo a este Acuerdo;
- h) el término "tarifa" comprende cualquiera de los siguientes:
  - i) la tarifa de pasajeros cobrada por una empresa aérea para el transporte de pasajeros y sus equipajes en los servicios aéreos y los impuestos y condiciones aplicables a los servicios conexos a tal transporte;
  - ii) el flete cobrado por una empresa aérea para el transporte de carga (excepto correo) en los servicios aéreos;
  - iii) las condiciones que rigen la disponibilidad o la aplicabilidad de tal tarifa de pasajeros o flete incluyendo cualquier ventaja vinculada a la tarifa de pasajeros o al flete;
  - iv) el valor de la comisión pagada por una empresa aérea a un agente, relativa a los billetes vendidos o las guías aéreas emitidas por ese agente para el transporte en los servicios aéreos;
- i) el término "territorio", en relación a un Estado, significa la extensión terrestre, las aguas territoriales adyacentes e interiores y el espacio aéreo sobre esas áreas, bajo la soberanía de ese Estado;
- j) el término "tarifa aeronáutica" significa el pago a realizar por las empresas aéreas por el suministro de instalaciones o servicios aeroportuarios, de navegación aérea o de seguridad a la aviación.

## **ARTICULO 2** **Concesión de derechos**

- 1) Cada Parte Contratante concede a la otra Parte Contratante los derechos especificados en este Acuerdo, con la finalidad de operar servicios aéreos internacionales en una ruta especificada. En cuanto esté operando un servicio acordado en una ruta especificada, las empresas aéreas designadas de las Partes Contratantes gozarán:

acordado en una ruta especificada, las empresas aéreas designadas de las Partes Contratantes gozarán:

- a) del derecho a sobrevolar el territorio de la otra Parte Contratante ;
  - b) del derecho a aterrizar en el referido territorio para fines no comerciales;
  - c) del derecho a embarcar y desembarcar en el referido territorio, en los puntos en las rutas especificadas, pasajeros, equipaje, carga y correo, separadamente o en combinación, destinados a, u originados en puntos en el territorio de la otra Parte Contratante;
  - d) del derecho a embarcar y desembarcar en los territorios de terceros países, en los puntos en las rutas especificadas, pasajeros, equipaje, carga y correo, separadamente o en combinación, destinados a, u originados en puntos en el territorio de la otra Parte Contratante, según lo establecido en el Anexo.
- 2) Ninguna disposición del párrafo 1) de este Artículo será considerada como la concesión a una empresa aérea designada de una Parte Contratante del derecho a embarcar en el territorio de la otra Parte Contratante, pasajeros, equipaje, carga y correo, transportados mediante pago o retribución y destinados a otro punto en el territorio de esa Parte Contratante.

### **ARTICULO 3**

#### **Designación y autorización**

- 1) Cada Parte Contratante tendrá el derecho de designar, por nota diplomática dirigida a la otra Parte Contratante, una empresa o empresas aéreas para operar los servicios acordados.
- 2) Al recibir la notificación de la designación las autoridades aeronáuticas de cada Parte Contratante, de conformidad con sus leyes y regulaciones, concederán, sin demora, a la empresa o empresas aéreas designadas por la otra Parte Contratante, las autorizaciones necesarias para la explotación de los servicios acordados.
- 3) Cada Parte Contratante tendrá el derecho a rehusar conceder las autorizaciones referidas en el párrafo 2 de este Artículo, o de conceder estas autorizaciones bajo condiciones consideradas necesarias para el ejercicio, por una empresa o empresas aéreas designadas, de los derechos especificados en el Artículo 2 de este Acuerdo, en el caso en que no esté convencida de que parte sustancial de la propiedad o el control efectivo de esa empresa o empresas pertenezcan a la Parte Contratante que la(s) ha designado o a sus nacionales o a ambos.
- 4) Las autoridades aeronáuticas de una Parte Contratante pueden exigir que la empresa o empresas aéreas designadas por la otra Parte Contratante demuestre(n) que está(n) habilitada(s) para cumplir las condiciones

determinadas según las leyes y regulaciones normal y razonablemente aplicadas a las operaciones de los servicios aéreos internacionales por tales autoridades.

- 5) Cuando una empresa aérea ha sido designada y autorizada, puede iniciar la operación de los servicios acordados, desde que cumpla las disposiciones aplicables de este Acuerdo.

#### **ARTICULO 4**

##### **Anulación o suspensión de autorización**

- 1) Las autoridades aeronáuticas de cada Parte Contratante tendrán el derecho a anular o a suspender cualquier autorización para el ejercicio de los derechos especificados en el Artículo 2 de este Acuerdo a una empresa aérea designada por la otra Parte Contratante, o de imponer las condiciones que sean consideradas necesarias para el ejercicio de esos derechos:
  - a) en el caso de que tal empresa aérea deje de cumplir las leyes y regulaciones de la otra Parte Contratante;
  - b) en el caso de que las autoridades no estén convencidas de que la parte sustancial de la propiedad y el control efectivo de la empresa aérea pertenezcan a la Parte Contratante que la ha designado o a sus nacionales o a ambos; y
  - c) en el caso de que la empresa o empresas aéreas deje(n) de operar conforme a las condiciones establecidas en este Acuerdo.
- 2) A menos que sea esencial la inmediata anulación o suspensión de la autorización mencionada en el párrafo 1) de este Artículo o la imposición de condiciones para prevenir violaciones posteriores de leyes o regulaciones, tal derecho será ejercido solamente después de consulta con la otra Parte Contratante.

#### **ARTICULO 5**

##### **Aplicación de Leyes y Regulaciones**

- 1) Las leyes y regulaciones de una Parte Contratante relativas a la entrada, permanencia o salida de su territorio de aeronaves que participen en los servicios aéreos internacionales, o a la operación y navegación de tales aeronaves dentro de su territorio, serán aplicados a las aeronaves de la empresa o empresas aéreas designadas por la otra Parte Contratante sin distinción en cuanto a nacionalidad, y serán cumplidas por tales aeronaves a la entrada, salida, o durante su permanencia en el territorio de la primera Parte Contratante.
- 2) Las leyes y regulaciones de una Parte Contratante, relativas a la entrada, permanencia o salida de su territorio de pasajeros, tripulaciones, carga y correo,

tales como regulaciones relativas a entrada, inmigración, pasaportes, aduana, cuarentena y demás requisitos, serán cumplidas por la empresa o empresas aéreas designadas por la otra Parte Contratante o cumplidas a nombre de tales pasajeros y tripulantes y serán aplicadas a la carga y correo en la entrada, salida o durante su permanencia en el territorio de la primera Parte Contratante.

- 3) En la aplicación de las leyes y regulaciones referidas en este Artículo a la empresa o empresas aéreas designadas de la otra Parte Contratante, una Parte Contratante no dará tratamiento más favorable a su propia empresa o empresas aéreas.

#### **ARTICULO 6**

##### **Reconocimiento de Certificados y Licencias**

Los certificados de aeronavegabilidad, certificados de habilitación y licencias, emitidos o convalidados por una Parte Contratante y aún en vigor, serán reconocidos como válidos por la otra Parte Contratante para los fines de la operación de los servicios acordados en las rutas especificadas, siempre que tales certificados o licencias sean emitidos o convalidados mediante y de conformidad con los patrones establecidos por la Convención. Cada Parte Contratante, no obstante, se reserva el derecho de rehusar y reconocer, para el sobrevuelo de su propio territorio, los certificados de habilitación y licencias concedidos a sus propios nacionales por la otra Parte Contratante.

#### **ARTICULO 7**

##### **Seguridad de la Aviación**

- 1) De conformidad con sus derechos y obligaciones según el Derecho Internacional, las Partes Contratantes reafirman que su obligación mutua de proteger a la aviación civil contra actos de interferencia ilícita, constituye parte integrante del presente Acuerdo. Las Partes Contratantes establecen la obligación mutua de cooperar para proteger la seguridad de la aviación civil y de los servicios especificados en este Acuerdo.
- 2) Las Partes Contratantes suministrarán mediante solicitud, toda la asistencia mutua necesaria para la prevención contra actos de apoderamiento ilícito de aeronaves civiles u otros actos ilícitos contra la seguridad de esas aeronaves, sus pasajeros y tripulaciones, aeropuertos e instalaciones de navegación aérea, y cualquier otra amenaza a la seguridad de la aviación civil.
- 3) Las Partes Contratantes actuarán en sus relaciones mutuas, según las disposiciones sobre la seguridad de la aviación establecidas por la Organización de Aviación Civil Internacional, en la medida en que tales disposiciones sobre la seguridad sean aplicables a las Partes; exigirán que los operadores de aeronaves por ellas matriculadas, los operadores de aeronaves que tengan su sede comercial principal o residencia permanente en su territorio y los

operadores de aeropuertos situados en su territorio actúen de conformidad con las referidas disposiciones sobre la seguridad de la aviación.

- 4) Cada Parte Contratante está de acuerdo en exigir que tales operadores de aeronaves observen las disposiciones sobre la seguridad de la aviación mencionadas en el párrafo 3) anterior y exigidas por la otra Parte Contratante para la entrada, salida o permanencia en el territorio de esa Parte Contratante. Cada Parte Contratante asegurará que se apliquen efectivamente medidas adecuadas en su territorio para proteger las aeronaves e inspeccionar a los pasajeros, las tripulaciones, el equipaje de mano, el equipaje, la carga y las provisiones de a bordo, antes y durante el embarque o carga. Cada Parte Contratante examinará también, de modo favorable, toda solicitud de la otra Parte Contratante, con vista a adoptar medidas especiales y razonables de seguridad para combatir una amenaza específica.
- 5) Cuando ocurra un incidente o una amenaza de incidente de apoderamiento ilícito de aeronaves civiles, u otros actos ilícitos contra la seguridad de tales aeronaves, de sus pasajeros y tripulantes, de aeropuertos o instalaciones de navegación aérea, las Partes Contratantes se asistirán mutuamente, facilitando las comunicaciones y otras medidas apropiadas, destinadas a poner término, en forma rápida y segura, a tal incidente o amenaza.

#### **ARTICULO 8**

##### **Exención de derechos y tasas**

- 1) Cada Parte Contratante eximirá, sobre la base de la reciprocidad, a la(s) empresa(s) aérea(s) designada(s) de la otra Parte Contratante, en la mayor extensión posible de acuerdo con su legislación nacional, de las restricciones de importación, derechos aduaneros, impuestos, tasas de inspección y otros derechos nacionales y cargos sobre aeronaves, combustibles, aceites lubricantes, suplementos técnicos de consumo, partes importantes incluyendo motores, equipamientos comunes de aeronaves, abastecimientos para aeronaves (incluyendo bebidas, tabaco y otros productos destinados a la venta para los pasajeros en cantidades limitadas durante el vuelo) y otros bienes destinados al uso o usados sólo en conexión con la operación o atención de las aeronaves de la(s) empresa(s) aérea(s) designada(s) de la otra Parte Contratante que opera(n) los servicios acordados, así como también los boletos impresos, las informaciones aéreas, cualquier material impreso que lleve grabada la insignia de la(s) empresa(s) y el material común de publicidad que se distribuya gratis por la(s) empresa(s) aérea(s) designada(s).
- 2) Las exenciones concedidas por este Artículo serán aplicadas a los bienes mencionados en el párrafo 1) de este Artículo:
  - a) que se introduzcan en el territorio de una Parte Contratante por o en nombre de la(s) empresa(s) aérea(s) designada(s) de la otra Parte Contratante.

- b) que se mantengan a bordo de las aeronaves de la(s) empresa(s) aérea(s) designada(s) de una Parte Contratante, desde la llegada hasta la salida del territorio de la otra Parte Contratante.
- c) que se introduzcan a bordo de las aeronaves de la(s) empresa(s) aérea(s) designada(s) de una Parte Contratante en el territorio de la otra Parte Contratante y que se destinen al uso en la operación de los servicios acordados.

Sean o no tales bienes usados o consumidos totalmente dentro del territorio de la Parte Contratante que concede la exención, siempre que tales bienes no sean alienados y/o vendidos en el territorio de la referida Parte Contratante.

- 3) El equipamiento normal de las aeronaves, así como el material y el suplemento mantenido a bordo de las aeronaves de la(s) empresa(s) aérea(s) designada(s) de cualquier Parte Contratante podrán ser desembarcados en el territorio de la otra Parte Contratante, solamente con la aprobación de las autoridades aduaneras de ese territorio. En tal caso, podrán ser colocados bajo la supervisión de dichas autoridades, hasta que sean reexportados o alienados de acuerdo con las reglamentaciones aduaneras.
- 4) Los pasajeros, el equipaje y la carga en tránsito directo a través del territorio de una Parte contratante, y que no salgan del área del aeropuerto reservada para tal propósito, serán como máximo sometidos a un control muy simplificado. El equipaje y la carga en tránsito directo estarán exentos de derechos y tasas, incluyendo derechos aduaneros.

#### **ARTICULO 9**

##### **Operación de los servicios acordados**

- 1) Habrá oportunidad justa e igual para las empresas aéreas designadas de las Partes Contratantes que oparen los servicios acordados en las rutas especificadas.
- 2) En la operación de los servicios acordados, la(s) empresa(s) aérea(s) designada(s) de cada Parte Contratante tendrá(n) en cuenta los intereses de la(s) empresa(s) aérea(s) designada(s) de la otra Parte Contratante, a fin de no afectar indebidamente los servicios proporcionados por la(s) última(s) en la totalidad o en parte de las mismas rutas.
- 3) Los servicios acordados proporcionados por las empresas aéreas designadas de las Partes Contratantes tienen como característica una relación estrecha con las necesidades del público para el transporte en las rutas especificadas y tendrán como objetivo primario la provisión, en niveles razonables de aprovechamiento, de capacidades adecuadas para cubrir las necesidades actuales y las razonablemente previsibles para el transporte de pasajeros y carga, incluyendo correo, originados en, o destinados al territorio de la Parte Contratante que tenga designada a la(s) empresa(s) aérea(s). La provisión para el transporte de

pasajeros y carga, incluyendo el correo, embarcados y desembarcados en otros puntos en las rutas especificadas que no sean en el territorio de la Parte Contratante que designó a la(s) empresa(s) aérea(s), será determinada de acuerdo con los principios generales de que la capacidad estará relacionada con:

- a) la demanda de tráfico de y para el territorio de la Parte Contratante que tenga designada a la(s) empresa(s) aérea(s);
  - b) la demanda de tráfico de la región a través de la cual pasa el servicio acordado, teniendo en cuenta otros servicios establecidos por las empresas aéreas de los Estados comprendidos en esa región; y
  - c) los requisitos económicos de la operación de la(s) empresa(s) aérea(s).
- 4) La capacidad a ser proporcionada en las rutas especificadas será la que sea determinada, de tiempo en tiempo, conjuntamente por las Partes Contratantes.

#### **ARTICULO 10**

##### **Tarifas**

- 1) Las tarifas a aplicar para el transporte en los servicios acordados entre los territorios de las Partes Contratantes serán establecidas a niveles razonables, teniendo en consideración todos los factores pertinentes, incluyendo el interés de los usuarios, el costo de operación, la ganancia razonable, las características del servicio y, cuando sea adecuado, las tarifas cobradas por otras empresas aéreas que operen en toda o en parte de la misma ruta.
- 2) Las tarifas mencionadas en el párrafo 1) de este Artículo serán acordadas, de ser posible, entre las empresas aéreas designadas de las Partes Contratantes. Salvo determinación en contrario, en la aplicación del párrafo 4) de este Artículo, cada empresa aérea designada será responsable ante sus autoridades aeronáuticas, por la justificación y por el carácter razonable solamente de las tarifas así acordadas.
- 3) Las tarifas así acordadas serán sometidas a la aprobación de las autoridades aeronáuticas de las Partes Contratantes, por lo menos 60 (sesenta) días antes de la fecha propuesta para su introducción. En casos especiales este plazo podrá ser reducido, sujeto a acuerdo de dichas autoridades. Al recibir la presentación de las tarifas, las autoridades aeronáuticas examinarán tales tarifas sin demora innecesaria. Ninguna tarifa entrará en vigor si las autoridades aeronáuticas de cada Parte Contratante no estuvieron de acuerdo con ella. Las autoridades aeronáuticas podrán comunicar a las otras autoridades aeronáuticas la prórroga de la fecha de introducción de una tarifa propuesta.
- 4) Si una tarifa no puede ser fijada de conformidad con las disposiciones del párrafo 2) de este Artículo, o si en el periodo previsto en el párrafo 3) de este Artículo se notifica un aviso de desacuerdo, las autoridades aeronáuticas de las

Partes Contratantes se esforzarán en fijar la tarifa de común acuerdo. Se realizarán consultas entre las autoridades aeronáuticas, de conformidad con el Artículo 14 de este Acuerdo.

- 5) Si las autoridades aeronáuticas no pudieran llegar a un acuerdo respecto a la tarifa que le ha sido sometida en los términos del párrafo 3) de este Artículo, ni sobre la fijación de cualquier tarifa en los términos del párrafo 4) de este Artículo, la divergencia será solucionada de conformidad con las disposiciones del Artículo 17 de este Acuerdo.
- 6) a) Ninguna tarifa entrará en vigor si las autoridades aeronáuticas de cualquiera de las Partes Contratantes estuvieren en desacuerdo con la misma, salvo bajo las disposiciones previstas en el Artículo 17 de este Acuerdo.  
  
b) Cuando las tarifas hayan sido establecidas conforme a las disposiciones del presente Artículo, esas tarifas permanecerán en vigor hasta que nuevas tarifas sean establecidas en los términos de las disposiciones de este Artículo o del Artículo 17 de este Acuerdo.
- 7) Si las autoridades aeronáuticas de una de las Partes Contratantes no estuvieren de acuerdo con una tarifa fijada, las autoridades aeronáuticas de la otra Parte Contratante serán notificadas y las empresas aéreas designadas procurarán, en caso necesario, llegar a un entendimiento. Si, en 90 (noventa) días a partir de la fecha del recibo de la notificación, una nueva tarifa no pudiera ser fijada de conformidad con las disposiciones previstas en los párrafos 2) y 3) de este Artículo, los procedimientos indicados en los párrafos 4) y 5) de este Artículo serán aplicados.
- 8) Las autoridades aeronáuticas de ambas Partes Contratantes se esforzarán por asegurar que:
  - a) las tarifas cobradas y recibidas correspondan a las tarifas acordadas por ambas autoridades aeronáuticas; y
  - b) ninguna empresa aérea conceda rebajas sobre tales tarifas.

#### **ARTICULO 11**

##### **Actividades comerciales**

- 1) La(s) empresa(s) aérea(s) designada(s) de una Parte Contratante podrá(n), de acuerdo con las leyes y regulaciones de la otra Parte Contratante relativas a la entrada, residencia y empleo, traer y mantener en el territorio de la otra Parte Contratante, personal ejecutivo, de ventas, técnico, operacional y otros especialistas necesarios para la operación de los servicios acordados.
- 2) En particular, cada Parte Contratante concederá a la(s) empresa(s) aérea(s) designada(s) de la otra Parte Contratante el derecho a la comercialización del transporte aéreo en su territorio directamente y, a criterio de la(s) empresa(s)



aérea(s), a través de sus agentes. Cada empresa aérea tendrá el derecho de comercializar tal transporte y cualquier persona será libre de adquirirlo, sujeto a las leyes y regulaciones nacionales, en monedas libremente convertibles.

#### **ARTICULO 12**

##### **Conversión y envío de ingreso**

- 1) La(s) empresa(s) aérea(s) de una Parte Contratante tendrá(n) el derecho de convertir y enviar a su país, a solicitud, los ingresos locales excedentes a las sumas locales desembolsadas.
- 2) La conversión y el envío de tales ingresos serán permitidas sin restricción, a la tasa de cambio aplicable a esas transacciones y que esté en vigor en el momento en que tales ingresos fueron presentados para la conversión y envío y no estarán sujetas a cargo alguno, excepto los normalmente cobrados por los bancos en la ejecución de tales conversiones y envíos.

#### **ARTICULO 13**

##### **Tarifas aeronáuticas**

- 1) Una Parte Contratante no cobrará o permitirá que sean cobradas a la(s) empresa(s) aérea(s) designada(s) por la otra Parte Contratante tarifas aeronáuticas superiores a las cobradas a sus propias empresas aéreas que operan servicios aéreos internacionales semejantes.
- 2) Cada Parte Contratante procurará la realización de consultas sobre tarifas aeronáuticas entre sus autoridades competentes y las empresas aéreas que utilizan los servicios y las facilidades proporcionadas por esas autoridades, cuando sea factible, por intermedio de las organizaciones representativas de las empresas aéreas. Las propuestas de cambio en las tarifas aeronáuticas deberán ser comunicadas a tales usuarios con razonable anticipación para permitirles expresar sus puntos de vista antes de que los cambios tengan lugar. Cada Parte Contratante además procurará el intercambio de informaciones relativas a las tarifas aeronáuticas entre sus autoridades competentes y los usuarios.

#### **ARTICULO 14**

##### **Consultas**

- 1) En un espíritu de estrecha cooperación, las autoridades aeronáuticas de las Partes Contratantes se consultarán entre sí, periódicamente, con el objetivo de asegurar la implementación y el cumplimiento satisfactorio de las previsiones de este Acuerdo, o para discutir cualquier problema relacionado con el mismo.

- 2) Tales consultas comenzarán dentro de un período de 60 (sesenta) días a partir de la fecha de recibo de tal solicitud, excepto si se acuerda en forma diferente por las Partes Contratantes.

#### **ARTICULO 15**

##### **Enmiendas**

- 1) Cualquier enmienda o modificación de este Acuerdo establecida por las Partes Contratantes entrará en vigor en la fecha que sea determinada en el intercambio de notas diplomáticas, indicando que los procedimientos Internos necesarios fueron concluidos por ambas Partes Contratantes.
- 2) Cualquier enmienda o modificación del Anexo a este Acuerdo será acordada entre las autoridades aeronáuticas, y entrará en vigor cuando sea confirmada por intercambio de notas diplomáticas.

#### **ARTICULO 16**

##### **Convención multilateral**

Si una convención general multilateral sobre aviación entrara en vigor en relación con ambas Partes Contratantes, prevalecerán las disposiciones de tal convención. Las consultas, conforme al Artículo 14 de este Acuerdo podrán ser mantenidas con vista a determinar el grado en que este Acuerdo es afectado por las disposiciones de la convención multilateral.

#### **ARTICULO 17**

##### **Solución de Controversias**

Cualquier divergencia relacionada con la interpretación o aplicación del presente Acuerdo o de su Anexo deberá ser resuelta mediante negociaciones directas entre las autoridades aeronáuticas de ambas Partes Contratantes. Si las referidas autoridades aeronáuticas no llegaran a acuerdo la divergencia deberá ser resuelta a través de los canales diplomáticos.

#### **ARTICULO 18**

##### **Denuncia**

Cada Parte Contratante podrá, en cualquier momento, a partir de la entrada en vigor de este Acuerdo, notificar a la otra Parte Contratante, por escrito a través de los canales diplomáticos, su decisión de denunciar este Acuerdo. Tal notificación será hecha simultáneamente a la Organización de Aviación Civil Internacional.

El Acuerdo dejará de estar en vigor después de un (1) año a partir de la fecha del recibo de la notificación por la otra Parte Contratante, a menos que sea retirada, de común acuerdo, antes de expirar ese período.

Si el recibo de la notificación no fuera acusado por la otra Parte Contratante, esa notificación será considerada como recibida 14 (catorce) días después de su recibo por la Organización de Aviación Civil Internacional.

**ARTICULO 19**  
**Registro en la OACI**

Este Acuerdo y cualquier enmienda al mismo serán registrados en la Organización de Aviación Civil Internacional.

**ARTICULO 20**  
**Entrada en vigor**

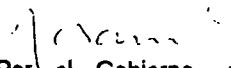
El presente Acuerdo entrará en vigor en la fecha de la segunda nota diplomática en que una parte comunica a la otra del cumplimiento de los requerimientos legales internos.

En testimonio de lo cual, los abajo firmantes, debidamente autorizados por sus respectivos Gobiernos, firman el presente Acuerdo.

Dado en ciudad de la Habana, a los 27 días del mes de mayo de 1998 en dos ejemplares originales, en los idiomas portugués y español, siendo ambos igualmente válidos y auténticos .

  
Por el Gobierno de la República  
Federativa del Brasil

Luiz Felipe Lampreia

  
Por el Gobierno de la  
República de Cuba

Roberto Robaina Gongález

**ANEXO**  
**CUADRO DE RUTAS**

**SECCIÓN 1**

Rutas a ser operadas por la(s) empresa(s) aérea(s) designada(s) por la República Federativa del Brasil:

Puntos en Brasil - Puntos Intermedios - Puntos en Cuba - Puntos más allá.

**SECCION 2**

Rutas a ser operadas por la(s) empresa(s) aérea(s) designada(s) por la República de Cuba:

Puntos en Cuba - Puntos Intermedios - Puntos en Brasil - Puntos más allá.

**NOTAS:**

1. Los puntos a ser servidos en las rutas arriba especificadas serán informados a las autoridades aeronáuticas de las respectivas Partes Contratantes.
2. Los derechos de tráfico de una empresa aérea designada, entre el territorio de la otra Parte Contratante y terceros países, serán establecidos de común acuerdo entre las autoridades aeronáuticas de ambas Partes Contratantes.
3. La capacidad para los servicios acordados será de dos frecuencias semanales para cada Parte Contratante, con aeronaves limitadas a trescientos asientos cada una.
4. La(s) empresa(s) aérea(s) designada(s) de la República de Cuba podrá(n), en cualquier o en todos los vuelos, omitir escalas incluidas en las rutas arriba especificadas y podrá(n) servir las en cualquier orden, siempre que los servicios acordados en estas rutas comiencen en puntos en Cuba.
5. La(s) empresa(s) aérea(s) designada(s) de la República Federativa del Brasil podrá(n) en cualquier o en todos los vuelos, omitir escalas incluidas en las rutas arriba especificadas, y podrá(n) servir las en cualquier orden, siempre que los servicios acordados en estas rutas comiencen en puntos en Brasil.
6. Cada empresa aérea designada presentará sus horarios para la aprobación de las autoridades aeronáuticas de la otra Parte Contratante, por lo menos 45 (cuarenta y cinco) días antes de la fecha propuesta para la entrada en vigor, debiendo tales horarios estar en conformidad con los términos de este Acuerdo.

- 7. Cada Parte Contratante tendrá derecho a designar inicialmente hasta dos empresas aéreas para realizar los servicios acordados. Otras designaciones podrán ser hechas en el futuro, por acuerdo entre ambas Partes Contratantes conforme lo indique la necesidad del mercado.**

[TRANSLATION - TRADUCTION]

AGREEMENT ON AIR SERVICES BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE  
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF  
THE REPUBLIC OF CUBA

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Cuba (hereinafter referred to as the "Contracting Parties"), Being parties to the Convention on International Civil Aviation, opened for signature in Chicago on 7 December 1944,

Desiring to contribute to the development of international civil aviation,

Desiring to conclude an agreement for the purpose of establishing air services between and beyond their respective territories,

Have agreed as follows:

*Article 1. Definitions*

For the purposes of this Agreement, unless the text provides otherwise:

(a) The term "aeronautical authorities" means, in the case of the Federative Republic of Brazil, the Ministry of Aeronautics and, in the case of the Republic of Cuba, the President of the Institute of Civil Aeronautics of Cuba, or, in both cases, any person or body authorized to perform any function currently exercised by the above-mentioned authorities;

(b) The term "Agreement" means this Agreement, its Annex, or any amendment to the Agreement or annex;

(c) The term "agreed services" means air services on the routes specified for the transport of passengers, cargo or mail, separately or in combination;

(d) The terms "air services", "international air services", "airline" and "stop for non-commercial purposes" have the meanings respectively given to them in article 96 of the Convention;

(e) The term "Convention" means the Convention on International Civil Aviation, opened for signature in Chicago on 7 December 1944, and includes any Annex adopted in accordance with article 90 of the Convention or any amendment to the Annexes or to the Convention, in accordance with articles 90 and 94, provided that such annexes and amendments have entered into force for both Contracting Parties;

(f) The term "designated airline" means an airline which has been designated and authorized in accordance with article 3 of this Agreement;

(g) The term "specified route" means one of the routes specified in the Annex to this Agreement;

(h) The term "tariff" has any of the following meanings:

(i) The fare charged by an airline for the carriage of passengers and their baggage on air services and the rates and conditions applicable to auxiliary services;

(ii) The freight charged by an airline for the carriage of cargo (with the exception of mail) on air services;

(iii) The conditions governing the availability or application of such fare or freight charge, including any advantage connected with the passenger fare or freight charge;

(iv) The amount of the commission paid by an airline to an agent for tickets sold or airway bills issued by the agent for carriage on air services;

(i) The term "territory" in relation to a State means the land area, the territorial waters adjacent or internal thereto and the airspace above such area under the sovereignty of such State;

(j) The term "aeronautical tariff" means the price charged to airlines for the provision of airport facilities or services relating to air navigation or aviation security.

### *Article 2. Granting of rights*

1. Each Contracting Party shall grant to the other Contracting Party the rights specified in this Agreement for the purpose of operating international air services on a specified route. While an agreed service is being operated on a specific route, the designated airlines of the Contracting Parties shall enjoy:

(a) The right to overfly the territory of the other Contracting Party;

(b) The right to land in that territory for non-traffic purposes;

(c) The right to embark and disembark in the said territory, at the points on the specified routes, passengers, baggage, cargo and mail, separately or together, to or from points in the territory of the other Contracting Party;

(d) The right to embark and disembark in the territories of third countries, at the points on the specified routes, passengers, baggage, cargo and mail, separately or together, to or from points in the territory of the other Contracting Party, as provided for in the annex.

2. Nothing in paragraph 1 of this article shall be deemed to confer on a designated airline of one Contracting Party the privilege of embarking in the territory of the other Contracting Party, passengers, baggage, cargo and mail carried for remuneration or hire and destined for another point in the territory of the other Contracting Party.

### *Article 3. Designation and authorization*

1. Each Contracting Party shall have the right to designate, through a diplomatic note addressed to the other Contracting Party, an airline or airlines for the purpose of operating the agreed services.

2. On receipt of notification of such designation, the aeronautical authorities of each Contracting Party shall, in accordance with their laws and regulations, without delay grant to the airline or airlines designated by the other Contracting Party the appropriate operating authorizations.

3. Each Contracting Party shall have the right to refuse to issue the authorizations referred to in paragraph 2 of this article, or to issue such authorization under the conditions it deems necessary for the exercise by a designated airline or airlines of the rights specified

in article 2 of this Agreement, in cases where it is not satisfied that substantial ownership or effective control of the airline or airlines is vested in the Contracting Party which has designated them or in its nationals or in both.

4. The aeronautical authorities of one Contracting Party may require an airline or airlines designated by the other Contracting Party to satisfy them that they are qualified to fulfil the conditions prescribed under the laws and regulations normally and reasonably applied to the operation of international air services by such authorities.

5. When an airline has been designated and authorized, it may begin to operate the agreed services, assuming that it complies with the applicable provisions of this Agreement.

*Article 4. Revocation or suspension of authorization*

1. The aeronautical authorities of each Contracting Party shall have the right to revoke or suspend any authorization to exercise the rights specified in article 2 of this Agreement by a designated airline of the other Contracting Party, or to impose such conditions as it may deem necessary on the exercise of such rights if:

(a) The airline fails to comply with the laws and regulations of the other Contracting Party granting these rights;

(b) The authorities are not satisfied that substantial ownership and effective control of the airline are vested in the Contracting Party designating the airline or in its nationals or in both;

(c) The said airline or airlines fail to operate in accordance with the conditions prescribed under this Agreement.

2. Such right shall be exercised only after consultation with the other Contracting Party, unless immediate revocation or suspension of the authorization provided for in paragraph 1 of this article or the imposition of conditions is essential to prevent further infringements of laws or regulations.

*Article 5. Applicability of laws and regulations*

1. The laws and regulations of one Contracting Party governing entry into, sojourn in and departure from its territory of aircraft engaged in international air services, or the operation and navigation of such aircraft within its territory, shall apply to the aircraft of the designated airline or airlines of the other Contracting Party, without distinction on the basis of nationality, and shall be observed by such aircraft upon their entry or departure or during their stay in the territory of the first Contracting Party.

2. The laws and regulations of one Contracting Party governing the entry into, sojourn in and departure from its territory of passengers, crews, cargo and mail, such as regulations governing entry, immigration, passports, customs, quarantine and other formalities, shall be observed by the airline or airlines designated by the other Contracting Party or observed on behalf of such passengers and crews and shall apply to cargo and mail upon entry, departure from or sojourn in the territory of the first Contracting Party.



3. In the application of the laws and regulations referred to in this article to the designated airline or airlines of the other Contracting Party, neither Contracting Party shall grant more favourable treatment to its own airline or airlines.

*Article 6. Recognition of certificates and licences*

Certificates of airworthiness, certificates of competency and licences issued or validated by one Contracting Party and still in force shall be recognized as valid by the other Contracting Party for the purpose of operating the agreed services on the specified routes, provided that such certificates or licences are issued or validated with reference to and in conformity with the norms established by the Convention. Nevertheless, each Contracting Party reserves the right to refuse to recognize, for the purpose of flight over its own territory, the validity of certificates of competency and licences issued to its own nationals by the other Contracting Party.

*Article 7. Aviation security*

1. Consistent with their rights and obligations under international law, the Contracting Parties reaffirm that their obligation to each other to protect civil aviation against acts of unlawful interference forms an integral part of this Agreement. The Contracting Parties undertake to cooperate with each other to protect the security of civil aviation and of the services specified in this Agreement.

2. The Contracting Parties shall provide, upon request, all necessary assistance to each other to prevent acts of unlawful seizure of civil aircraft or other unlawful acts against the safety of such aircraft, their passengers and crews, airports and air navigation facilities, and any other threat to the security of civil aviation.

3. The Contracting Parties shall, in their mutual relations, act in conformity with the aviation security provisions established by the International Civil Aviation Organization, to the extent that such security provisions are applicable to the Contracting Parties. They shall require operators of aircraft of their nationality, operators of aircraft that have their principal place of business or permanent residence in their territory, and operators of airports situated in their territory to act in conformity with such aviation security provisions.

4. Each Contracting Party agrees that such operators of aircraft shall be required to observe the aviation security provisions referred to in paragraph 3 above and required by the other Contracting Party for entry into, departure from or sojourn in the territory of that other Contracting Party. Each Contracting Party shall ensure that adequate measures are effectively applied within its territory to protect the aircraft and to inspect passengers, crew, carry-on items, baggage, cargo and aircraft stores prior to and during boarding or loading. Each Contracting Party shall also give sympathetic consideration to any request from the other Contracting Party for reasonable special security measures to meet a particular threat.

5. When an incident or threat of an incident of unlawful seizure of civil aircraft or other unlawful acts against the safety of such aircraft, their passengers and crew, airport or air navigation facilities occurs, the Contracting Parties shall assist each other by facilitating

communications and other appropriate measures intended to terminate rapidly and safely such incident or threat thereof.

*Article 8. Exemption from duties and taxes*

1. Each Contracting Party shall, on a basis of reciprocity, exempt the designated airline or airlines of the other Contracting Party, to the greatest possible extent allowed by its national legislation, from import restrictions, customs duties, taxes, inspection charges and other national duties and charges on aircraft, fuel, lubricants, consumable technical supplies, major spares, including engines, standard aircraft equipment, stores (including beverages, tobacco and other products for sale to passengers in limited quantities during the flight) and other items intended for use or used only in connection with the operation or servicing of the aircraft of the designated airline or airlines of the other Contracting Party operating the agreed services, as well as printed tickets, airline documentation, any printed material bearing the logo of the airline or airlines and standard advertising material distributed free of charge by the designated airline or airlines.

2. Exemptions granted under this article shall apply to the items mentioned in paragraph 1 of this article that are:

(a) Introduced into the territory of a Contracting Party by or on behalf of the designated airline or airlines of the other Contracting Party;

(b) Kept on board the aircraft of the designated airline or airlines of one Contracting Party, from the time of arrival to the time of departure from the territory of the other Contracting Party;

(c) Introduced on board the aircraft of the designated airline or airlines of one Contracting Party into the territory of the other Contracting Party and intended for use in the operation of the agreed services.

Such exceptions shall apply whether or not all such items are used or consumed within the territory of the Contracting Party that grants the exemption, provided that the items are not transferred and/or sold in the territory of the above-mentioned Contracting Party.

3. Standard equipment on the aircraft and supplies and spares retained on board the aircraft of the designated airline or airlines of either Contracting Party may be unloaded in the territory of the other Contracting Party only with the approval of the customs authorities of the territory. In such cases, they may be stored under the supervision of the said authorities, until such time as they are re-exported or otherwise disposed of in accordance with the customs regulations.

4. Passengers, baggage and cargo in direct transit across the territory of one Contracting Party and not leaving the area of the airport reserved for such purpose shall be subject at most to a very simplified control. Baggage and cargo in direct transit shall be exempt from duties and taxes, including customs duties.

*Article 9. Operation of the agreed services*

1. The designated airlines of the Contracting Parties shall have fair and equal opportunity to carry on the agreed services on the routes specified.

2. In the operation of the agreed services, the designated airline or airlines of each Contracting Party shall take into account the interests of the designated airline or airlines of the other Contracting Party so as not to unduly affect the services provided by the latter airline or airlines on all or part of the same routes.

3. The agreed services provided by the designated airlines of the Contracting Parties shall bear a close relationship to the requirements of the public for transportation on the specific routes and shall have as their primary objective the provision, at a reasonable load factor, of capacity adequate to meet the current and reasonably predictable requirements for the carriage of passengers and cargo, including mail, originating in or destined for the territory of the Contracting Party which has designated the airline or airlines. Provision for the carriage of passengers and cargo, including mail, both taken up and put down at other points on the specified routes which are not in the territory of the Contracting Party designating the airline or airlines, shall be made in accordance with the general principles that the capacity provided shall be related to:

(a) Traffic requirements to and from the territory of the Contracting Party which has designated the airline or airlines;

(b) Traffic requirements of the area through which the agreed service passes, after taking account of the other services established by airlines of the States comprising the area; and

(c) The financial requirements of operating the airline.

4. The capacity to be provided on specified routes shall be determined jointly by the Contracting Parties from time to time.

#### *Article 10. Tariffs*

1. The tariffs to be applied for transportation in the agreed services between the territories of the Contracting Parties shall be established at reasonable levels, taking into account all relevant factors, including the interest of the users, the cost of the operation, reasonable profit, the characteristics of the service, and, where appropriate, the tariffs charged by other airlines operating on all or part of the same route.

2. The tariffs referred to in paragraph 1 of this article shall, if possible, be agreed by the designated airlines of the Contracting Parties. Except where otherwise determined, in the application of paragraph 4 of this article, each designated airline shall be responsible to its aeronautical authorities for the justification and the reasonable nature only of the tariffs that have been thus agreed.

3. The tariffs thus agreed shall be submitted for the approval of the aeronautical authorities of the Contracting Parties at least sixty (60) days before the proposed date of their introduction. In special cases, this time may be reduced, subject to the agreement of the said authorities. Upon receiving the tariff proposals, the aeronautical authorities shall examine the proposals without undue delay. No tariff shall come into force unless it has been approved by the aeronautical authorities of both Contracting Parties. The aeronautical authorities may communicate to the other aeronautical authorities the deferral of the date of introduction of a proposed tariff.

4. If a tariff cannot be set in accordance with the provisions of paragraph 2 of this article, or if notification of disagreement is given within the period provided for in paragraph 3 of this article, the aeronautical authorities of the Contracting Parties shall endeavour to establish the tariff by mutual agreement. Consultations shall be held between the aeronautical authorities, in accordance with the provisions of article 14 of this Agreement.

5. If the aeronautical authorities cannot reach agreement on a tariff submitted to them in accordance with the provisions of paragraph 3 of this article or on the establishment of any tariff in accordance with the provisions of paragraph 4 of this article, the dispute shall be settled in accordance with the provisions of article 17 of this Agreement.

6. (a) No tariff shall come into force if the aeronautical authorities of either of the Contracting Parties disagree with such tariffs, except in accordance with the provisions of article 17 of this Agreement.

(b) Where tariffs have been established in accordance with the provisions of this article, they shall remain in force until new tariffs have been established in accordance with the provisions of this article or of article 17 of this Agreement.

7. If the aeronautical authorities of either Contracting Party do not agree with the tariff established, the aeronautical authorities of the other Contracting Party shall be so notified and the designated airlines shall, where necessary, endeavour to reach an understanding. If a new tariff cannot be established in accordance with the provisions set out in paragraphs 2 and 3 of this article within a period of ninety (90) days from the date of receipt of such notification, the procedures provided for in paragraphs 4 and 5 of this article shall be applied.

8. The aeronautical authorities of the two Contracting Parties shall make every effort to ensure that:

(a) The tariffs charged and received conform to the tariffs agreed by the two aeronautical authorities, and that

(b) Neither airline grants discounts on those tariffs.

#### *Article 11. Commercial activities*

1. The designated airline or airlines of one Contracting Party may, in accordance with the laws and regulations of the other Contracting Party relating to entry, residence and employment, bring in and maintain in the territory of the other Contracting Party managerial, sales, technical, operational and other expert staff required for the operation of the agreed services.

2. In particular, each Contracting Party shall grant to the designated airline or airlines of the other Contracting Party the right to engage in the sale of air transportation in its territory directly and, at the discretion of the airline or airlines, through its agencies. Each airline shall have the right to sell such transportation and, subject to the national laws and regulations, any person shall be free to purchase such transportation in freely convertible currencies.

*Article 12. Conversion and remittance of earnings*

1. The airline or airlines of a Contracting Party shall have the right to convert and remit to its country, upon request, local earnings in excess of local expenditures.
2. The conversion and remittance of such earnings shall be permitted without restrictions, at the rate of exchange applicable to such transactions and in force at the time at which the earnings were presented for conversion and remittance, and shall not be subject to any fees whatsoever, except those normally charged by banks for effecting such conversions and remittances.

*Article 13. Aeronautical tariffs*

1. Neither Contracting Party shall collect or permit to be collected from the airline or airlines designated by the other Contracting Party aeronautical tariffs higher than those collected from its own airlines operating similar international air services.
2. Each Contracting Party shall make every effort to hold consultations on aeronautical tariffs between its competent authorities and the airlines that use the services and facilities provided by the said authorities, where feasible, through organizations representing the airlines. Proposals for changes in the aeronautical tariffs shall be communicated to such users sufficiently in advance to permit them to express their views before the changes take effect. Each Contracting Party shall in addition arrange to exchange information about aeronautical tariffs between its competent authorities and users.

*Article 14. Consultations*

1. In a spirit of close cooperation, the aeronautical authorities of the Contracting Parties shall consult each other from time to time with a view to ensuring the implementation of, and satisfactory compliance with the provisions of this Agreement, or to discuss any problem related thereto.
2. Such consultations shall begin within a period of sixty (60) days from the date of receipt of the request, unless the Contracting Parties agree otherwise.

*Article 15. Amendments*

1. Any amendment to or modification of this Agreement made by the Contracting Parties shall enter into force on the date that is determined in the exchange of diplomatic notes, indicating that both Contracting Parties have completed the necessary internal procedures.
2. Any amendment to or modification of the Annex to this Agreement shall be by agreement between the aeronautical authorities and shall enter into force after it has been confirmed by exchange of diplomatic notes.

*Article 16. Multilateral convention*

If a general multilateral convention on aviation enters into force and is binding on both Contracting Parties, the provisions of that convention shall prevail. In accordance with article I4 of this Agreement, consultations may be held with a view to determining the extent to which this Agreement may be affected by the provisions of the multilateral convention.

*Article 17. Settlement of disputes*

Any dispute arising from the interpretation or application of this Agreement or Annex thereto shall be settled by direct negotiation between the aeronautical authorities of the two Contracting Parties. If the aforementioned aeronautical authorities fail to reach agreement, the dispute shall be settled through the diplomatic channel.

*Article 18. Termination*

Either Contracting Party may at any time after the entry into force of this Agreement give written notice through the diplomatic channel to the other Contracting Party of its decision to terminate this Agreement. Such notice shall be simultaneously communicated to the International Civil Aviation Organization. The Agreement shall terminate one (1) year after the date of receipt of the notice by the other Contracting Party, unless the notice to terminate is withdrawn by agreement before the expiry of this period. In the absence of acknowledgement of receipt by the other Contracting Party, notice shall be deemed to have been received fourteen (14) days after the receipt of the notice by the International Civil Aviation Organization.

*Article 19. Registration with the International Civil Aviation Organization*

This Agreement and any amendments thereto shall be registered with the International Civil Aviation Organization.

*Article 20. Entry into force*

This Agreement shall enter into force on the date of the second diplomatic note in which one Party notifies the other of the completion of the formalities required by its national legislation.

In witness whereof, the undersigned, being duly authorized by their respective Governments, have signed this Agreement.

Done at Havana on 27 May 1998 in duplicate originals, in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

LUIZ FELIPE LAMPREIA

For the Government of the Republic of Cuba:

ROBERTO ROBAINA GONGÁLEZ

ANNEX

ROUTE SCHEDULE

Section 1

Routes to be operated by the designated airline or airlines of the Federative Republic of Brazil:

Points in Brazil - intermediate points - points in Cuba - points beyond.

Section 2

Routes to be operated by the designated airline or airlines of the Republic of Cuba:

Points in Cuba - intermediate points - points in Brazil - points beyond.

Notes:

1. The points to be served on the routes specified above shall be communicated to the aeronautical authorities of the respective Contracting Parties.

2. The traffic rights of a designated airline between the territory of the other Contracting Party and third countries shall be established by agreement between the aeronautical authorities of the two Contracting Parties.

3. The capacity of the agreed services shall be two weekly scheduled flights for each Contracting Party, with aircraft of a maximum of three hundred seats each.

4. The designated airline or airlines of the Republic of Cuba may, on any or all flights, omit stops on the routes specified above and may serve the points in any order, provided that the agreed services on those routes begin in Cuba.

5. The designated airline or airlines of the Federative Republic of Brazil may, on any or all flights, omit stops on the routes specified above and may serve the points in any order, provided that the agreed services on those routes begin in Brazil.

6. Each designated airline shall submit its timetable, which must conform to the provisions of this Agreement, to the aeronautical authorities of the other Contracting Party for approval at least forty-five (45) days prior to the date on which it is scheduled to become effective.

7. Each Contracting Party shall have the right to designate initially up to two airlines to operate the agreed services. Other designations may be made in the future, by agreement between the Contracting Parties, as required by the needs of the market.



[TRANSLATION - TRADUCTION]

ACCORD RELATIF AUX SERVICES AÉRIENS ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DE CUBA

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République de Cuba (ci-après dénommés "les Parties contractantes"),

Étant Parties à la Convention relative à l'aviation civile internationale, ouverte à la signature à Chicago le 7 décembre 1944;

Désireux de contribuer au développement de l'aviation civile internationale;

Souhaitant conclure un accord en vue d'établir des services aériens entre leurs territoires respectifs et au-delà,

Conviennent comme suit :

*Article premier. Définitions*

Aux fins du présent Accord et à moins que le contexte n'appelle une autre interprétation :

a) L'expression "autorités aéronautiques" s'entend, dans le cas de la République fédérative du Brésil, du Ministère de l'aéronautique et, dans le cas de la République de Cuba, du Président de l'Institut cubain de l'aéronautique civile ou, dans l'un et l'autre cas, de toute personne ou de tout organisme habilité à exercer toutes fonctions qui relèvent actuellement des autorités susmentionnées;

b) L'expression "le présent Accord" s'entend du présent Accord, de son annexe et tout amendement apporté à cet Accord ou à son annexe;

c) L'expression "services convenus" s'entend des services aériens de transport de passagers, de marchandises et de courrier, séparément ou ensemble, sur les routes indiquées;

d) Les expressions "service aérien", "service aérien international", "entreprise de transport aérien" et "escale non commerciale" s'entendent avec le sens que leur attribue l'article 96 de la Convention;

e) Le terme "Convention" s'entend de la Convention relative à l'aviation civile internationale, ouverte à la signature à Chicago le 7 décembre 1944, y compris toute annexe adoptée conformément à l'article 90 de ladite Convention, ainsi que tout amendement aux annexes ou à la Convention, adopté conformément aux articles 90 et 94, dans la mesure où ces annexes et amendements sont entrés en vigueur à l'égard des deux Parties contractantes;

f) L'expression "entreprise désignée" s'entend d'une entreprise de transport aérien qui a été désignée et autorisée conformément à l'article 3 du présent Accord;

g) L'expression "route indiquée" s'entend de l'une des routes indiquées en annexe au présent Accord;

h) Le terme "tarif" s'entend indifféremment :

i) Du prix demandé par une entreprise de transport aérien pour le transport de passagers et de leurs bagages par des services aériens, ainsi que des frais et conditions relatifs aux prestations accessoires à ce transport;

ii) Du taux de fret appliqué par une entreprise pour le transport de marchandises (à l'exception du courrier) par des services aériens;

iii) Des conditions qui régissent la disponibilité ou l'applicabilité d'un tel prix ou taux de fret, y compris les avantages qui s'y rattachent;

iv) Du montant de la commission versée par une entreprise à un agent sur les billets vendus ou sur les lettres de transport aérien établies par lui pour le transport par des services aériens.

i) Le terme "territoire" s'entend, s'agissant d'un État, des zones terrestres, des eaux territoriales y adjacentes, des eaux intérieures et de l'espace aérien qui sont sous la souveraineté dudit État;

j) L'expression "redevances d'usage" s'entend du prix recouvré auprès des entreprises de transport aérien pour l'usage des installations et services aéroportuaires et des services de navigation et de sécurité aériennes.

#### *Article 2. Octroi de droits*

1. Chaque Partie contractante accorde à l'autre Partie contractante les droits ci-après indiqués dans le présent Accord, aux fins d'exploiter des services aériens internationaux sur une route indiquée. Dans l'exploitation d'un service convenu sur une route indiquée, les entreprises désignées de chaque Partie contractante bénéficient :

a) Du droit de survoler le territoire de l'autre Partie contractante;

b) Du droit de faire escale dans ledit territoire à des fins non commerciales;

c) Du droit d'embarquer et de débarquer dans ledit territoire, en des points situés sur les routes indiquées, des passagers, des bagages, des marchandises et du courrier, séparément ou ensemble, à destination ou en provenance de points situés dans le territoire de l'autre Partie contractante;

d) Du droit d'embarquer et de débarquer dans le territoire de pays tiers, en des points situés sur les routes indiquées, des passagers, des bagages, des marchandises et du courrier, séparément ou ensemble, à destination ou en provenance de points situés dans le territoire de l'autre Partie contractante, comme il est établi en annexe.

2. Aucune disposition du paragraphe 1 du présent article n'est réputée conférer aux entreprises désignées d'une Partie contractante le droit d'embarquer, dans le territoire de l'autre Partie contractante, des passagers des bagages, des marchandises ou du courrier pour les transporter conformément à un contrat de louage ou contre rémunération en un autre point du territoire de cette autre Partie contractante.

*Article 3. Désignation et autorisation*

1. Chaque Partie contractante a le droit de désigner, par une note diplomatique adressée à l'autre Partie contractante, une ou plusieurs entreprises de transport aérien aux fins d'exploiter les services convenus.

2. Au reçu de la notification de la désignation, les autorités aéronautiques de chaque Partie contractante doivent, conformément à leurs droits et règlements, accorder sans retard à l'entreprise ou aux entreprises désignées les autorisations d'exploitation voulues pour l'exploitation des services convenus.

3. Chaque Partie contractante a le droit de refuser l'autorisation d'exploitation visée au paragraphe 2 du présent article ou d'imposer les conditions qu'elle juge nécessaire à l'exercice par la ou les entreprises désignées des droits visés à l'article 2 du présent Accord dans tous les cas où ladite Partie contractante n'a pas la certitude que la propriété et le contrôle effectifs de cette ou ces entreprises se trouvent entre les mains de la Partie contractante qui a désigné l'entreprise ou les entreprises, ou (et) de ressortissants de cette Partie.

4. Les autorités aéronautiques de chaque Partie contractante peuvent exiger de l'entreprise ou des entreprises désignées par l'autre Partie contractante la preuve qu'elle est ou qu'elles sont en mesure de respecter les conditions prescrites par les lois et règlements que ces autorités appliquent normalement et raisonnablement à l'exploitation des services aériens internationaux.

5. Lorsqu'une entreprise a été ainsi désignée et autorisée, elle peut commencer à exploiter les services convenus, à condition de se conformer aux dispositions applicables du présent Accord.

*Article 4. Annulation ou suspension des autorisations d'exploitation*

1. Les autorités aéronautiques de chaque Partie contractante ont le droit d'annuler ou de suspendre une autorisation d'exploitation délivrée pour l'exercice des droits spécifiés à l'article 2 du présent Accord par une entreprise désignée de l'autre Partie contractante, ou d'imposer les conditions qu'elles jugent nécessaires à l'exercice de ces droits :

a) Si l'entreprise en question manque à se conformer aux lois et règlements de la Partie contractante qui a accordé ces droits;

b) Si lesdites autorités n'ont pas la certitude que la propriété et le contrôle effectifs de cette entreprise se trouvent entre les mains de la Partie contractante qui a désigné l'entreprise ou (et) de ressortissants de cette Partie; et

c) Si cette entreprise manque à conformer son exploitation aux conditions prescrites par le présent Accord.

2. À moins qu'il ne soit immédiatement indispensable d'annuler ou de suspendre l'autorisation d'exploitation visée au paragraphe 1 du présent article, ou d'imposer les conditions visant à empêcher la poursuite des infractions aux lois ou règlements, ce droit n'est exercé qu'après consultation avec l'autre Partie contractante.

*Article 5. Application des lois et règlements*

1. Les lois et règlements d'une Partie contractante régissant l'entrée ou le séjour dans son territoire, ou la sortie de son territoire, d'aéronefs employés aux services aériens internationaux, ou l'exploitation et la conduite de ces aéronefs pendant leur séjour dans son territoire, sont appliqués aux aéronefs de l'entreprise ou des entreprises désignées de l'autre Partie contractante sans distinction de nationalité et doivent être respectés par lesdits aéronefs à l'entrée, à la sortie et pendant leur séjour dans le territoire de la première Partie contractante.

2. Les lois et règlements d'une Partie contractante relatifs à l'entrée ou au séjour dans son territoire, ou à la sortie de son territoire, des passagers, des équipages, des marchandises et du courrier, tels que les règlements concernant l'entrée, le congé, l'immigration, les passeports, les douanes et la quarantaine, doivent être observés par l'entreprise ou les entreprises désignées de l'autre Partie contractante, ou au nom desdits passagers et équipages, et s'appliquent aux marchandises et au courrier à l'entrée et à la sortie et pendant leur séjour dans le territoire de la première Partie contractante.

3. S'agissant de l'application par une Partie contractante de ses lois et règlements visées au présent article à l'entreprise ou aux entreprises désignées de l'autre Partie contractante, la première Partie contractante ne doit pas accorder un traitement plus favorable à sa ou ses propres entreprises de transport aérien.

*Article 6. Reconnaissance des certificats, brevets et licences*

Les certificats de navigabilité, les brevets d'aptitude et les licences délivrés ou validés par une Partie contractante, qui sont en cours de validité, sont reconnus valables par l'autre Partie contractante aux fins de l'exploitation des services convenus, à condition que ces certificats, brevets ou licences aient été délivrés ou validés conformément aux normes établies en vertu de la Convention. Chaque Partie contractante se réserve toutefois le droit de ne pas reconnaître la validité, pour le survol de son propre territoire, des brevets d'aptitude et des licences accordés à ses propres ressortissants ou validés pour eux par l'autre Partie contractante.

*Article 7. Sécurité aérienne*

1. Conformément à leurs droits et devoirs aux termes du droit international, les Parties contractantes réaffirment que leurs obligations réciproques de protéger la sécurité de l'aviation civile contre toute intervention illicite font partie intégrante du présent Accord. Les Parties contractantes s'imposent l'obligation réciproque de collaborer aux fins de protéger la sécurité de l'aviation civile et des services visés dans le présent Accord.

2. Chaque Partie contractante prête à l'autre, sur sa demande, toute l'aide nécessaire pour prévenir la capture illicite d'aéronefs civils et les autres actes illicites portant atteinte à la sécurité desdits aéronefs, de leurs passagers et de leurs équipages, des aéroports et des installations de navigation aérienne, ainsi que toute autre menace contre la sécurité de l'aviation civile.

3. Dans leurs relations mutuelles, les Parties contractantes se conforment aux dispositions applicables en matière de sécurité aérienne arrêtées par l'Organisation de l'aviation civile internationale, dans la mesure où que ces dispositions en matière de sécurité sont applicables aux Parties; les Parties contractantes exigent des exploitants d'aéronefs immatriculés sous leur pavillon, des exploitants d'aéronefs dont l'établissement commercial principal ou le domicile est situé dans leur territoire, ainsi que des exploitants d'aéroports situés dans leur territoire, qu'ils se conforment auxdites dispositions relatives à la sécurité aérienne.

4. Chaque Partie contractante est convenue d'exiger de ces exploitants d'aéronefs de respecter les mesures de sécurité aérienne visées au paragraphe 3 du présent article et imposées par l'autre Partie contractante pour l'entrée ou le séjour dans son territoire ou pour la sortie de ce territoire. Chaque Partie contractante veille à ce que des mesures adéquates soient effectivement appliquées dans son territoire pour protéger les aéronefs et inspecter les passagers, les équipages, les bagages à main, les bagages de soute, les marchandises et les provisions de bord des aéronefs, avant et pendant l'embarquement ou le chargement. Chaque Partie contractante accueille également avec bienveillance toute demande que peut lui adresser l'autre Partie contractante en vue d'adopter des mesures de sécurité spéciales raisonnables en cas de menace particulière.

5. En cas d'incident ou de menace d'incident tendant à la capture illicite d'un aéronef ou d'autres actes illicites à l'encontre de la sécurité d'un aéronef, de ses passagers et de son équipage, ou de la sécurité d'un aéroport ou d'installations de navigation aérienne, les Parties contractantes s'entraident en facilitant les communications et en prenant d'autres mesures appropriées en vue de mettre fin rapidement et sans danger à cet incident ou menace d'incident.

#### *Article 8. Exemption de droits et taxes*

1. Sous réserve de réciprocité, chaque Partie contractante exempte la ou les entreprises désignées de l'autre Partie contractante, dans la plus grande mesure possible aux termes de la législation nationale, de restrictions à l'importation, droits de douanes, impôts, taxes de visite et autres droits nationaux et charges sur les aéronefs, les combustibles, les huiles de graissage, les approvisionnements techniques d'utilisation immédiate, les pièces de rechange (y compris les moteurs), les équipements de bord normaux des aéronefs, les provisions de bord (y compris les boissons, le tabac et les autres produits destinés à être vendus en quantité restreinte aux passagers pendant le vol) et les autres articles destinés à l'exploitation aérienne ou employés exclusivement pour l'exploitation aérienne, l'entretien ou la réparation des aéronefs de la ou des entreprises désignées de l'autre Partie contractante qui exploitent les services convenus, de même que les réserves de billets imprimés, de feuilles de route, de documents imprimés revêtus de l'emblème de l'entreprise ou des entreprises désignées et les documents publicitaires usuels distribués gratuitement par l'entreprise ou les entreprises désignées.

2. Les exemptions prévues dans le présent article s'appliquent aux produits mentionnés au paragraphe 1 dudit article, qui sont :

a) Introduits dans le territoire d'une Partie contractante par la ou les entreprises désignées de l'autre Partie contractante;

b) Conservés à bord des aéronefs de l'entreprise ou des entreprises désignées d'une Partie contractante, depuis leur arrivée jusqu'à leur sortie du territoire de l'autre Partie contractante;

c) Introduits, à bord des aéronefs de l'entreprise ou des entreprises désignées d'une Partie contractante, dans le territoire de l'autre Partie contractante et sont destinés à servir à l'exploitation des services convenus;

que ces produits soient ou non consommés en totalité à l'intérieur du territoire de la Partie contractante qui accorde l'exemption, à condition que ces produits ne soient ni aliénés ni vendus dans le territoire de ladite Partie contractante.

3. L'équipement normal de bord, ainsi que les autres équipements et approvisionnements normalement conservés à bord des aéronefs de l'entreprise ou des entreprises désignées de l'une ou l'autre des Parties contractantes ne peuvent être déchargés dans le territoire de l'autre Partie contractante qu'avec l'accord de ses autorités douanières. Dans ce cas, ils peuvent être placés sous la surveillance desdites autorités jusqu'au moment de leur réexportation ou de leur affectation à d'autres fins, effectuée conformément aux règlements douaniers.

4. Les passagers, les bagages et les marchandises en transit direct dans le territoire de chaque Partie contractante sans sortir de l'enceinte aéroportuaire prévue à cet effet, sont au plus sujet à un contrôle très simplifié. Les bagages et les marchandises en transit direct sont exonérés des droits et taxes, y compris les droits de douane.

#### *Article 9. Exploitation des services convenus*

1. Les entreprises désignées des deux Parties contractantes ont la faculté d'exploiter les services convenus sur les routes indiquées dans des conditions d'équité et d'égalité.

2. L'entreprise ou les entreprises désignées de chaque Partie contractante doivent, dans l'exploitation des services convenus, prendre en considération les intérêts de l'entreprise ou des entreprises désignées de l'autre Partie de manière à ne pas porter indûment préjudice aux services que ces dernières assurent sur tout ou partie des mêmes routes.

3. Les services convenus assurés par les entreprises désignées des Parties contractantes doivent être étroitement adaptés aux besoins du public en matière de transport sur les routes indiquées et avoir pour but principal de fournir, à un coefficient de charge normal, une capacité correspondant à la demande courante et normalement prévisible de transport de passagers et de marchandises, y compris le courrier, en provenance ou destination du territoire de la Partie contractante qui a désigné l'entreprise ou les entreprises. Pour le transport des passagers et des marchandises, y compris le courrier, embarqués et débarqués en des points des routes indiquées autres que ceux situés dans le territoire de celle qui a désigné l'entreprise ou les entreprises, il convient de respecter les principes généraux suivant lesquelles la capacité doit être adaptée :

a) Aux besoins de trafic à destination ou en provenance du territoire de la Partie contractante qui a désigné l'entreprise ou les entreprises;

b) Aux besoins de trafic dans la région desservie par le service convenu, compte tenu des autres services de transport aérien assurés par des compagnies aériennes des États de la région; et

c) Aux exigences économiques de l'exploitation de l'entreprise ou des entreprises.

4. Les Parties contractantes déterminent conjointement de temps à autre la capacité à fournir sur les routes indiquées.

#### *Article 10. Tarifs*

1. Les tarifs pratiqués pour le transport dans les services convenus entre les territoires des Parties contractantes sont établis à des taux raisonnables, compte dûment tenu de tous les éléments d'appréciation pertinents, notamment l'intérêt des usagers, les coûts de l'exploitation, la réalisation d'un bénéfice raisonnable, les caractéristiques du service et, au besoin, les tarifs pratiqués par d'autres entreprises de transport aérien qui exploitent tout ou partie de la même route.

2. Les tarifs mentionnés au paragraphe 1 du présent article sont fixés, si possible, d'un commun accord par les entreprises désignées des Parties contractantes. Sauf décision contraire en application du paragraphe 4 du présent article, chaque entreprise désignée répond uniquement à ses propres autorités aéronautiques de la justification et du caractère raisonnable des tarifs ainsi convenus.

3. Les tarifs ainsi convenus sont déposés pour agrément auprès des autorités aéronautiques des Parties contractantes 60 jours au moins avant la date envisagée pour leur entrée en vigueur. Dans des cas particuliers, lesdites autorités peuvent convenir d'un délai plus bref. Les autorités aéronautiques examinent sans délai injustifié les tarifs ainsi déposés. Nul tarif ne peut entrer en vigueur sans l'agrément préalable des autorités aéronautiques de chacune des Parties contractantes. Les autorités aéronautiques peuvent communiquer aux autres autorités aéronautiques l'ajournement de l'entrée en vigueur d'un tarif proposé.

4. Si aucun tarif ne peut être fixé conformément aux dispositions du paragraphe 2 du présent article, ou si un avis de non-agrément est émis dans le délai prévu au paragraphe 3 du présent article, les autorités aéronautiques des Parties contractantes s'efforcent de fixer le tarif d'un commun accord. Des consultations doivent avoir lieu entre les autorités aéronautiques comme en dispose l'article 14 du présent Accord.

5. Si les autorités aéronautiques ne parviennent pas à s'entendre sur un tarif qui leur a été proposé aux termes du paragraphe 3 du présent article, ni à fixer un tarif aux termes du paragraphe 4 du présent article, le différend est réglé conformément aux dispositions de l'article 17 du présent Accord.

6. a) Aucun tarif ne peut entrer en vigueur si les autorités aéronautiques de l'une ou l'autre des Parties contractantes refuse de l'agréer, sinon aux termes des dispositions de l'article 17 du présent Accord.

b) Les tarifs établis en application des dispositions du présent article restent en vigueur jusqu'à ce que de nouveaux tarifs aient été établis aux termes des dispositions du présent article ou de l'article 17 du présent Accord.

7. Si les autorités aéronautiques d'une Partie contractantes n'acceptent pas un tarif fixé, elles en avisent les autorités aéronautiques de l'autre Partie contractante et les entreprises désignées s'efforcent, si besoin, de parvenir à une entente. Si, dans un délai de 90 jours à compter de la réception de l'avis, il n'a pas été possible de fixer un nouveau tarif conformément aux dispositions des paragraphes 2 et 3 du présent article, la procédure prévue aux paragraphes 4 et 5 du présent article est applicable.

8. Les autorités aéronautiques des deux Parties contractantes s'efforcent de veiller à ce que :

a) Les tarifs facturés et payés correspondent à ceux dont sont convenues les autorités aéronautiques des deux Parties contractantes; et que

b) Aucune entreprise de transport aérien n'accorde de rabais sur ces tarifs.

#### *Article 11. Activités commerciales*

1. L'entreprise ou les entreprises désignées de chaque Partie contractante ont le droit, conformément aux lois et règlements de l'autre Partie contractante concernant l'entrée, le séjour et l'emploi, de faire entrer et d'employer dans le territoire de cette autre Partie contractante leurs cadres de direction, leur personnel commercial, leurs agents techniques et d'exploitation et les autres spécialistes nécessaires pour assurer les services convenus.

2. En particulier, chaque Partie contractante accorde à l'entreprise ou aux entreprises désignées de l'autre Partie contractante le droit de vendre des prestations de transport aérien dans le territoire de la première Partie contractante, soit directement, soit par l'intermédiaire de leurs agents. Chaque entreprise de transport aérien a le droit de vendre et toute personne a la faculté d'acheter ces prestations, conformément aux lois et règlements nationaux, en monnaie librement convertible.

#### *Article 12. Conversion et transfert des recettes*

1. L'entreprise ou les entreprises désignées de l'une et l'autre des Parties contractantes ont le droit de convertir et de transférer vers leurs pays l'excédent de leurs recettes locales sur leurs dépenses locales.

2. Les opérations de conversion et de transfert de ces recettes sont autorisées sans restriction, au taux de change applicable aux transactions au comptant qui est en vigueur au moment où ces recettes sont présentées pour conversion et transfert, et ne sont frappées d'aucune charge à l'exception de celles normalement demandées par les banques pour exécuter ces opérations.

#### *Article 13. Redevances d'usage*

1. Aucune des Parties contractantes ne peut imposer ni autoriser à imposer à l'entreprise ou aux entreprises désignées de l'autre Partie contractante des redevances d'usage plus élevées que celles qui sont imposées à ses propres entreprises de transport aérien qui exploitent des services aériens internationaux analogues.



2. Chaque Partie contractante encourage les consultations entre d'une part ses autorités compétentes en matière de redevances d'usage et d'autre part les entreprises qui utilisent les services et installations, si possible par l'intermédiaire des organisations représentatives des entreprises de transport aérien. Les propositions de modification doivent être communiquées aux usagers avec un délai de préavis raisonnable avant leur entrée en vigueur, afin de permettre aux usagers de présenter leurs points de vue. Chaque Partie contractante encourage en outre les autorités compétentes et les usagers à échanger les informations utiles concernant les redevances d'usage.

*Article 14. Consultations*

1. Dans un esprit d'étroite collaboration, les autorités aéronautiques des Parties contractantes se consultent périodiquement afin de veiller à ce que les dispositions du présent Accord soient dûment appliquées et respectées.

2. Ces consultations débutent dans les 60 jours suivant la date de la réception par l'autre Partie contractante d'une demande écrite à cette fin, à moins que les Parties contractantes n'en conviennent autrement.

*Article 15. Amendement*

1. Tout amendement ou modification que les Parties contractantes conviennent d'apporter au présent Accord entre en vigueur à la date fixée par échange de notes diplomatiques attestant que les deux Parties contractantes ont satisfait à leurs obligations internes à cet effet.

2. Tout amendement ou modification que les Parties contractantes conviennent d'apporter à l'annexe au présent Accord entre en vigueur lorsqu'il est confirmé par un échange de notes diplomatiques.

*Article 16. Convention multilatérale*

Si une convention multilatérale générale relative à l'aviation civile entre en vigueur à l'égard des deux Parties contractantes, ses dispositions l'emportent. Des consultations peuvent alors se tenir en application de l'article 14 en vue de déterminer la mesure dans laquelle le présent Accord est affecté par les dispositions de cette convention multilatérale.

*Article 17. Règlement des différends*

Tout différend relatif à l'interprétation ou à l'application du présent Accord ou de son annexe doit être résolu par négociation directe entre les autorités aéronautiques des deux Parties contractantes. Si lesdites autorités aéronautiques ne parviennent pas à s'entendre, le différend doit être résolu par la voie diplomatique.

*Article 18. Dénonciation*

Chaque Partie contractante peut, à tout moment après l'entrée en vigueur du présent Accord, notifier par écrit à l'autre Partie contractante, par la voie diplomatique, sa décision de mettre fin au présent Accord. Cette notification doit être adressée simultanément à l'Organisation de l'aviation civile internationale. L'Accord prend alors fin à un an après la date de réception de la notification par cette autre Partie contractante, à moins que cette notification ne soit retirée d'un commun accord avant l'expiration de ce délai. Si l'autre Partie contractante n'accuse pas réception de la notification, celle-ci est réputée avoir été reçue 14 jours après sa réception par l'Organisation de l'aviation civile internationale.

*Article 19. Enregistrement auprès de l'OACI*

Le présent Accord et tous les amendements qui peuvent y être apportés doivent être enregistrés auprès de l'Organisation de l'aviation civile internationale.

*Article 20. Entrée en vigueur*

Le présent Accord entre en vigueur à la date de la deuxième note diplomatique par laquelle une des Parties notifie à l'autre l'accomplissement de toutes les formalités prévues à cet effet par sa législation interne.

En foi de quoi, les soussignés, à ce dûment habilités par leurs gouvernements respectifs, signent le présent Accord.

Fait à La Havane, le 27 mai 1998, en deux exemplaires originaux en portugais et en espagnol, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

LUIZ FELIPE LAMPREIA

Pour le Gouvernement de la République de Cuba :

ROBERTO ROBAINA GONGÁLEZ

ANNEXE

TABLEAU DES ROUTES

Première partie

Routes à exploiter dans par l'entreprise ou les entreprises de transport aérien désignées par la République fédérative du Brésil :

Points au Brésil points intermédiaires points à Cuba points au-delà

Deuxième partie

Routes à exploiter dans par l'entreprise ou les entreprises de transport aérien désignées par la République de Cuba :

Points à Cuba points intermédiaires points au Brésil points au-delà

Notes :

1. Les points à desservir sur les routes ci-dessus sont indiqués aux Parties contractantes par les autorités aéronautiques respectives.

2. Les droits de trafic d'une entreprise désignée entre le territoire de l'autre Partie contractante et les pays tiers sont établis d'un commun accord par les autorités aéronautique des deux Parties contractantes.

3. La fréquence des services convenus est, pour chaque Partie contractante, de deux vols hebdomadaires d'aéronefs ayant une capacité maximale de 300 places.

4. L'entreprise ou les entreprises désignées par la République de Cuba peuvent lors de tout vol omettre de faire escale en n'importe quel point des routes ci-dessus et peuvent desservir ces points dans n'importe quel ordre, à condition que les services convenus sur ces routes aient leur départ à Cuba.

5. L'entreprise ou les entreprises désignées par la République fédérative du Brésil peuvent lors de tout vol omettre de faire escale en n'importe quel point des routes ci-dessus et peuvent desservir ces points dans n'importe quel ordre, à condition que les services convenus sur ces routes aient leur départ au Brésil.

6. Chaque entreprise désignée doit présenter ses horaires à l'approbation des autorités aéronautiques de l'autre Partie contractante 45 jours au moins avant la date proposée pour leur entrée en vigueur, lesquels horaires doivent être conformes aux termes du présent Accord.

7. Chaque Partie contractante a le droit de désigner initialement deux entreprises de transport aérien pour l'exploitation des services convenus. D'autres entreprises peuvent être désignées par la suite, d'accord entre les deux Parties contractantes, en fonction des besoins du marché.

